

**Relatório da Administração**

queda na classe residencial, 1,0% na classe comercial e 6,9% na classe industrial. Começamos o ano também com indefinições quanto à renovação das concessões de distribuição, cujas condições não haviam sido definidas na MP579/2012, que tratou apenas dos empreendimentos de Geração e Transmissão. Durante o ano, a ANEEL endereçou o tema e estabeleceu parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira e qualidade que são fundamentais para garantir um serviço adequado ao consumidor. Em 8 de dezembro de 2015, assinamos os novos contratos de cinco Distribuidoras que passaram por esse processo e garantiram a extensão de suas concessões por mais 30 anos: CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguarí. Outro avanço importante de 2015, foi a conclusão da AP23/2014, que tratava das metodologias de Revisão Tarifária das Distribuidoras. A maior parte das metodologias foi publicada ainda no 1T15, como o WACC regulatório e itens como Custos Operacionais, Outras Receitas, Perdas, Procedimentos Gerais e Outros. Em dezembro, as metodologias para o tratamento da Base de Remuneração Regulatória foram publicadas, finalizando então o processo. A primeira empresa do grupo a passar pelo 4º ciclo de Revisão Tarifária foi a CPFL Piratininga, cujo evento tarifário se deu em 23 de outubro de 2015. O avanço obtido com as novas condições permitiu à CPFL Piratininga um incremento de 5,31% em sua Parcela B (Parcela que remunera o Investimento, cobre os custos operacionais e o custo dos Investimentos). O aumento médio de tarifa da CPFL Piratininga foi de 21,11%. Por fim, a repactuação do risco hidrológico dos geradores hidrelétricos (GSF) também foi um avanço para o setor, conquistado ao longo de 2015 após quatro rodadas de Audiência Pública. Além do impacto das condições hidrológicas desfavoráveis, a geração hidrelétrica começou a ser reduzida também por fatores não previstos e alheios ao controle das usinas hidrelétricas, como o despacho técnico fora da ordem de mérito e o crescimento da capacidade de energia de reserva, composta basicamente por energia eólica, uma fonte não despachável. Tais condições vinham impactando negativamente o balanço dos geradores desde o final de 2013. As usinas receberam então a possibilidade de pagar um prêmio para repactuar esse risco. A CPFL Energia optou por aderir à repactuação de seus contratos elegíveis no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), na modalidade SP100, propugnando-se de 100% do GSF até o final dos contratos. A repactuação do risco hidrológico devolve a previsibilidade e a estabilidade dos fluxos de caixa aos geradores hidrelétricos. Apesar das melhorias obtidas em 2015, é importante sempre destacar a necessidade de mais avanços nas questões regulatórias para que sejam gerados incentivos para a retomada da capacidade de investimento s do setor elétrico. Em 2016, os desafios persistem, dada a deterioração do cenário macroeconômico brasileiro. No entanto, o grupo CPFL Energia assume o compromisso de continuar com sua estratégia de disciplina financeira e excelência operacional para garantir a Sustentabilidade de longo prazo dos negócios em todos os setores em que atua, garantindo um serviço de qualidade para nossos clientes e geração de valor para todos os nossos Stakeholders.

comercialização de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração; (xx) REN nº 694/2015 - Altera o Submódulo 6.8 do PPRORET e a Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013. **Tarifas e Preços de Energia Elétrica: Segmento de Distribuição: Reajustes Tarifários Anuais (RTA) de 2015: CPFL Paulista:** Em 07 de abril de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.871, a ANEEL reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 41,45%, sendo 37,31% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 4,14% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário. Como o RTA substitui a RTE, esse reajuste corresponde a um efeito médio de 4,67% a ser percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste foi de 36,85% e da Parcela B de 0,46%. O cálculo levou em consideração a Revisão Tarifária Extraordinária, ocorrida em fevereiro de 2015. As novas tarifas entraram em vigor em 08 de abril de 2015. **RGE:** Em 16 de junho de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.896, a ANEEL reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 33,48%, sendo 24,99% relativos ao reajuste tarifário econômico e 8,50% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de -3,76% percebido pelos consumidores. As novas tarifas entraram em vigor em 19 de junho de 2015. **CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa:** Em 03 de fevereiro de 2015, a ANEEL homologou os Índices dos Reajustes Tarifários Anuais de 2015 das distribuidoras CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Reajuste Tarifário Anual (RTA)	CPFL Mococa	CPFL Sul Paulista	CPFL Jaguarí	CPFL Leste Paulista	CPFL Santa Cruz
<b>Resolução Homologatória</b>	<b>1.849</b>	<b>1.851</b>	<b>1.853</b>	<b>1.852</b>	<b>1.850</b>
IRT Econômico	28,9%	30,2%	40,1%	28,8%	22,0%
Componentes Financeiros	-5,6%	-5,4%	-1,6%	-8,0%	12,7%
<b>IRT Total</b>	<b>23,3%</b>	<b>24,9%</b>	<b>38,5%</b>	<b>20,8%</b>	<b>34,7%</b>
<b>Efeito Médio</b>	<b>29,2%</b>	<b>28,4%</b>	<b>45,7%</b>	<b>24,9%</b>	<b>28,0%</b>

As novas tarifas entraram em vigor em 03 de fevereiro de 2015. **Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) de 2015:** Em 27 de fevereiro a ANEEL homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858/2015, a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE das distribuidoras de energia elétrica que pleitearam tal revisão, dentre elas as distribuidoras do Grupo CPFL. Essa RTE foi necessária para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dessas concessionárias frente aos seguintes fatos: (i) aumento da taxa de câmbio, para R\$2,80/US\$, e da tarifa adotada nos contratos de compra de energia da Usina de Itaipu em 2015; (ii) aumento do custo de compra de energia decorrente do Leilão de Ajuste de 2015 e do Leilão de Energia Existente de 2014; (iii) aumento significativo da quota CDE em 2015; e (iv) recálculo do encargo de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Para as distribuidoras CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguarí, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, a RTE foi necessária para contemplar a nova quota CDE de 2015, adequar a taxa de câmbio para pagamento da energia comprada da Usina de Itaipu, e excluir o componente financeiro de previsão de exposição/sobrecontratação, pois os demais itens já haviam sido contemplados no Reajuste Tarifário Anual - RTA de 3 de fevereiro. As novas tarifas entraram em vigor em 02 de março de 2015. As revisões tarifárias extraordinárias são demonstradas, por distribuidora, na tabela a seguir:

Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)	RGE	CPFL Paulista	CPFL Mococa	CPFL Sul Paulista	CPFL Jaguarí	CPFL Leste Paulista	CPFL Santa Cruz	CPFL Piratininga
Energia	17,1%	7,7%	1,2%	0,8%	2,6%	1,7%	-4,1%	3,3%
Encargos	18,4%	24,0%	15,0%	20,5%	20,2%	17,4%	13,2%	26,0%
<b>Efeito Médio Consumidor</b>	<b>37,2%</b>	<b>32,3%</b>	<b>16,6%</b>	<b>22,0%</b>	<b>23,0%</b>	<b>19,5%</b>	<b>10,0%</b>	<b>29,8%</b>

Em 07 de abril a ANEEL alterou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.870/2015, a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE das distribuidoras CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Mococa, CPFL Santa Cruz. Essa retificação foi necessária para alterar o valor das quotas mensais da CDE - energia referente à conta ACR, destinada à amortização das operações de crédito contratadas pela CCEE na gestão da conta ACR. As tarifas resultantes desta retificação entraram em vigor em 08 de abril de 2015. O efeito da retificação das revisões tarifárias extraordinárias em relação às RTEs originalmente homologadas é demonstrado, por distribuidora, na tabela a seguir:

Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)	CPFL Mococa	CPFL Sul Paulista	CPFL Jaguarí	CPFL Leste Paulista	CPFL Santa Cruz
<b>Efeito Médio Consumidor</b>	<b>-4,1%</b>	<b>-4,0%</b>	<b>-5,0%</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-4,6%</b>

**Revisão Tarifária Periódica: CPFL Piratininga:** Em outubro de 2015 a ANEEL finalizou o processo de revisão tarifária da CPFL Piratininga. A mudança da metodologia impactou positivamente o cálculo da Parcela B. Os fatores que mais influenciaram nesse cálculo foram a inclusão da remuneração de obrigações especiais, aumento do WACC de 7,50% para 8,09% e o aumento da BRR líquida. Assim, a parcela B teve um aumento de 5,31%, se comparada à parcela B que compunha a tarifa anterior (de R\$ 17 mil milhões para R\$ 755 milhões). Sobre o montante de CVAs acumulado, o repasse determinado pela agência foi de R\$ 475 milhões. Em comparação com a Revisão Tarifária Extraordinária de fevereiro de 2015, o efeito médio para o consumidor será de 21,11%, composto da seguinte forma: Parcela A (8,10%), Parcela B (1,36%) e componentes financeiros (11,65%). O impacto médio nas contas dos consumidores será de 16,60% nos clientes de alta tensão e 24,81% nos clientes de baixa tensão. **Segmento de Geração:** Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela Enercan utilizam uma combinação de índices de dólar e IGP-M.

**3. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**Vendas de Energia:** Em 2015, as vendas para o mercado cativo totalizaram 41.730 GWh, uma queda de 3,3% em relação a 2014, enquanto a energia transportada a clientes livres, faturada por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), teve uma queda de 5,8%, alcançando 15.829 GWh. Essas reduções são reflexo do cenário macroeconômico adverso, que vem resultando na queda da produção industrial, no menor volume de vendas do comércio varejista e na redução da massa de renda real. Assim, as vendas nas áreas de concessão, realizadas por meio do segmento de distribuição, totalizaram 57.558 GWh, uma queda de 4,0%. Destacam-se os crescimentos das classes residencial e comercial, que, juntas, representam 45,4% do total consumido na área de concessão das distribuidoras do Grupo: **• Classes residencial e comercial:** quedas de 2,0% e 1,0%, respectivamente. Esse desempenho reflete a piora no mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e a diminuição da massa de renda real, além do aumento das tarifas de energia elétrica. Temperatura mais baixa e menos dias de faturamento também contribuíram negativamente para o desempenho dessas classes. **• Classe industrial:** queda de 6,9%, refletindo a desaceleração da atividade econômica, a queda do nível de confiança dos empresários na indústria, menor volume de exportações e os estoques excessivos observados na indústria nos últimos meses. As vendas de comercialização e geração (exclusive partes relacionadas) atingiram 17.033 GWh, o que representou um aumento de 3,7%, devido principalmente ao aumento das vendas da comercializadora em contratos bilaterais. Nos últimos anos, a CPFL Brasil vem concentrando esforços na venda de energia para clientes especiais, que adquirem energia de fontes alternativas. O número de clientes em carteira, livres e especiais, chegou a 246 em dezembro de 2015. **Desempenho no Segmento de Distribuição de Energia Elétrica:** O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Distribuidora	Indicadores* DEC e FEC	
	DEC (horas)	FEC (nº vezes)
	2015	2014
CPFL Paulista	7,76	6,93
CPFL Piratininga	7,24	6,98
RGE	15,98	18,77
CPFL Santa Cruz	8,46	6,74
CPFL Jaguarí	6,93	5,41
CPFL Mococa	7,04	6,88
CPFL Leste Paulista	7,92	8,48
CPFL Sul Paulista	11,51	9,69

\* Valores atualizados  
**Desempenho no Segmento de Geração de Energia Elétrica:** Em 2015, a CPFL Energia continuou sua expansão no segmento de Geração, com um aumento de 0,1% em sua capacidade instalada, que passou de 3.127 MW para 3.129 MW, considerando-se a participação de 51,6% na CPFL Renováveis. Tal aumento resultou da expansão da CPFL Renováveis. Em 31 de dezembro de 2015, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 1.802 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 38 PCHs (399 MW), 34 parques eólicos (1.032 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW). Ainda estão em construção 11 parques eólicos (282 MW) e 2 PCHs (51 MW), sendo o cronograma de entrada em operação da seguinte forma: 255 MW em 2016, 51,3 MW em 2018 e 26,5 MW em 2020. Em abril de 2015, o parque eólico Morro dos Ventos II, localizado no município de João Câmara/RN, iniciou sua operação com 29,2 MW de capacidade instalada, oito meses antes do planejado.

**4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receta Operacional:** A receita operacional líquida, desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão, cresceu 17,1% (R\$ 2.798 milhões), atingindo R\$ 19.159 milhões, principalmente devido: (i) ao aumento de 21,6% no segmento de Distribuição (R\$ 2.761 milhões), fruto principalmente dos reajustes tarifários aplicados ao longo do ano e do aumento nos ativos financeiros setoriais; e (ii) ao aumento de 28,5% na Geração de Fontes Renováveis (R\$ 280 milhões), em função da entrada em operação de novos projetos. Isso foi parcialmente compensado pelas reduções de 20,8% (R\$ 150 milhões) e 4,9% (R\$ 92 milhões) observadas nos segmentos de Geração Convencional e de Comercialização e Serviços, respectivamente, decorrente principalmente dos menores preços observados no mercado de curto prazo. É importante destacar que parte das vendas desses empreendimentos de geração é feita para empresas do Grupo CPFL, sendo a receita correspondente eliminada na consolidação.

**Geração operacional de caixa - EBITDA:** O EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho da *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2015	2014
<b>Lucro Líquido</b>	<b>875.277</b>	<b>886.443</b>
Depreciação e Amortização	1.281.038	1.161.145
Resultado Financeiro	1.014.520	1.089.454
Contribuição Social	160.162	168.989
Imposto de Renda	419.015	454.871
<b>EBITDA</b>	<b>3.750.012</b>	<b>3.760.903</b>

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 3.750 milhões, uma redução de 0,3% (R\$ 11 milhões), refletindo principalmente o aumento de 25,1% nos custos com energia elétrica e encargos (R\$ 2.669 milhões) e pela variação de 14,7% nos custos operacionais, inclusive gastos com previdência privada (R\$ 296 milhões). Esses efeitos foram compensados pela expansão de 17,1% na receita líquida, exclusive receita de construção da infraestrutura da concessão, no montante de R\$ 2.798 milhões, com destaque para a variação nos ativos financeiros setoriais (R\$ 1.596 milhões), e o aumento da equivalência patrimonial (R\$ 157 milhões). <b>Lucro Líquido:</b> Em 2015, o Lucro Líquido atingiu R\$ 875 milhões, com redução de 1,3% (R\$ 11 milhões), refletindo principalmente o aumento nas depreciações e amortizações (R\$ 120 milhões), particularmente em função da entrada em operação de projetos de geração da CPFL Renováveis, e da redução de 0,3% no EBITDA (R\$ 11 milhões). Tais efeitos foram parcialmente compensados pela redução nas despesas financeiras líquidas (R\$ 75 milhões) e imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 45 milhões). <b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício:</b> O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:		R\$ mil
<b>Lucro Líquido do Exercício - Individual</b>	<b>864.940</b>	
Realização do Resultado Abrangente	26.119	
Dividendos Prescritos	5.597	
<b>Lucro Líquido Base para Destinação</b>	<b>896.656</b>	
Reserva Legal	(43.247)	
Reserva Estatutária - Ativo Financeiro da Concessão	(255.013)	
Reserva Estatutária - Reforço de Capital de Giro	(392.972)	
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>(205.423)</b>	

**Senhores acionistas,**

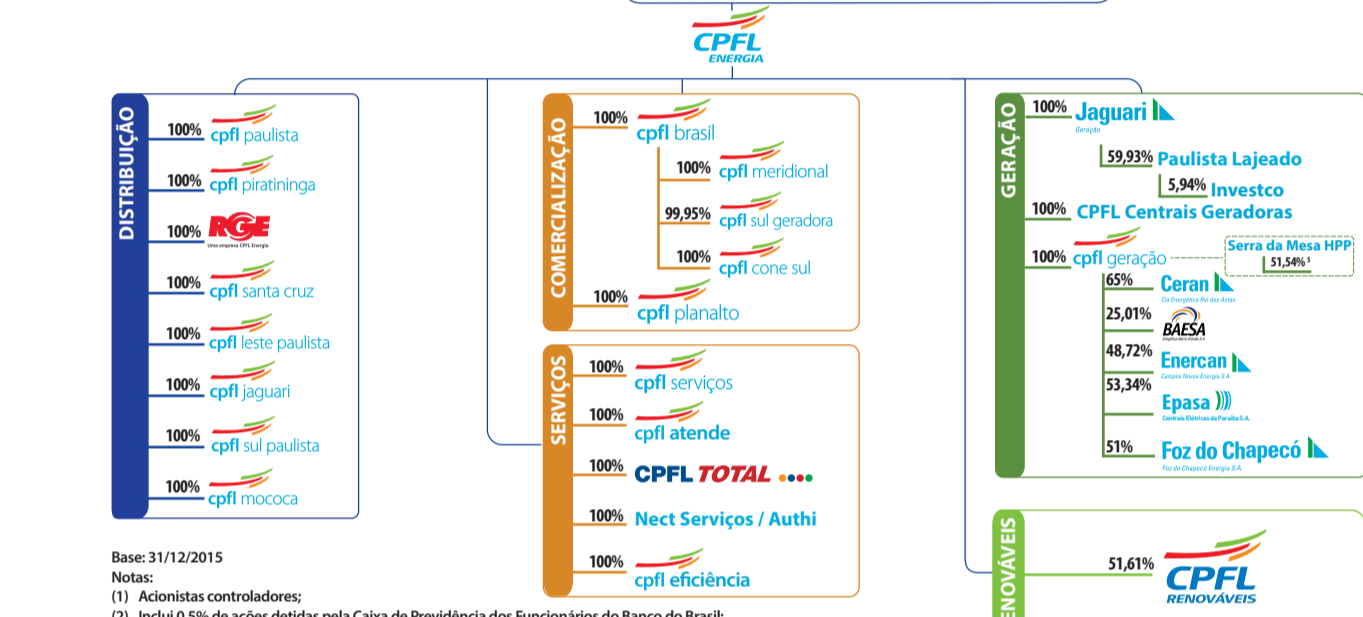
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. *Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2014, exceto quando especificado em contrário.*

**1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O ano de 2015 se provou um dos mais desafiadores da história da CPFL Energia. Porém, ao traçarmos um paralelo da situação que o setor elétrico enfrentava no início de 2015 com o seu atual panorama, é notória a evolução alcançada ao longo do último ano. No começo do ano de 2015, o risco de racionamento era iminente. Com um período úmido onde a Energia Natural Afluente (ENA) no Sistema Interligado Nacional (SIN) atingiu apenas 71% da média de longo termo (MLT), os reservatórios do SIN chegaram ao final de abril com 35% de sua capacidade. A recuperação veio com uma ENA de 113% da MLT no período seco, aliada à queda da carga no Brasil de 1,7% no ano de 2015. Agora, no começo de 2016, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) calculou o risco de racionamento em 0% trazendo uma preocupação a menos aos agentes do setor. No campo regulatório, os avanços foram significativos. As distribuidoras de energia começaram o ano com a ameaça de desequilíbrios de caixa, sem poder contar com os recursos da conta ACR ou aportes do Tesouro, que antes subsidiavam as tarifas. No entanto, a ANEEL autorizou uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), implementada em 1º de Março de 2015, que aliviou parte dos incrementos nos custos de Parcela A (não gerenciáveis) das Distribuidoras. A Parcela A estava pressionada em especial pelo aumento na CDE, um encargo setorial que foi reajustado de forma significativa no início de 2015. Outro mecanismo implementado no início do ano foi o de Bandeiras Tarifárias, instrumento de reação mais imediata que permite acionar uma cobrança adicional nas tarifas para cobrir custos de geração térmica e exposição das distribuidoras ao PLD (risco hidrológico, ESS e exposição involuntária). Mesmo assim, o descaimento de caixa continuou e o grupo CPFL Energia chegou a registrar um acúmulo de CVAs da ordem de R\$ 1,9 bilhão no final do 3T15, quase o equivalente a um ano de geração de caixa de suas distribuidoras de energia. No 4T15, esse cenário de acúmulo de ativos regulatórios começou a ser revertido, dando um alívio ao capital de giro da Companhia, que encerrou 2015 com cerca de R\$1,7 bilhão em CVAs acumuladas. Apesar de essencial para mitigar os descaimentos no fluxo de caixa das distribuidoras, o "Realismo Tarifário" que permitiu os reajustes nos preços de energia, aliado à deterioração no cenário macroeconômico, levou a uma retração nas vendas de energia, que registraram uma queda consolidada de 4,0% no ano, sendo 2,0% a

**ORGANOGRAMA SOCIÁRIO (simplificado)**

A CPFL Energia atua como holding, participando do capital de outras sociedades:



Base: 31/12/2015  
Notas:  
(1) Acionistas controladores;  
(2) Inclui 0,5% de ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil;  
(3) Inclui 0,2% de ações detidas pelos fundos de pensão Petros e Sistel;  
(4) Percentuais referentes às ações vinculadas da CPFL Energia sobre a base acionária total, de acordo com o Acordo de Acionistas;  
(5) Parcela de 51,54% da disponibilidade da potência e de energia da UHE Serra da Mesa, referente ao Contrato de Suprimento de Energia entre a CPFL Geração e Furnas.

**2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA**

**Ambiente Macroeconômico:** Por mais um ano, a atividade econômica mundial frustrou expectativas. Em janeiro de 2015, o FMI projetava um crescimento de 3,5% para o ano e se iniciava e, portanto, pouco acima do realizado em 2014 (+3,1%). Em dezembro, a Instituição apontava um crescimento de 3,0% para o ano, 0,5 p.p. abaixo do inicialmente projetado. A frustração deveu-se principalmente ao desempenho dos países emergentes, cuja atividade deve encerrar 2015 com crescimento de 3,9% (ante os 4,5% previstos no início do ano). Por trás dessa revisão está a desaceleração chinesa que, ao reduzir a sua demanda externa, prejudicou os países exportadores de commodities, entre eles o Brasil, que tem o país asiático como seu principal parceiro comercial. Além da desaceleração chinesa, o cenário político em alguns emergentes como o Brasil, Argentina e Rússia prejudicou igualmente as expectativas. Em meio às frustrações, houve surpresas, como a Zona Euro que deve encerrar 2015 com crescimento de 1,8% (ante projeção inicial de 1,2%). Contribuiu para a retomada de crescimento da região, o preço do barril de petróleo cuja queda de 75% em 18 meses permitiu um repasse parcial ao preço final da gasolina e de outros subprodutos. Essa redução possibilitou queda dos custos da indústria e um reflexo positivo na cesta de compra dos consumidores europeus. Os EUA encerraram o ano materializando a expectativa de elevação da taxa básica de juros após 7 anos entre 0% e 0,25%, ainda que o mercado de trabalho não tenha dado sinais de retomada vigorosa (importante participação de trabalho precário e *part time jobs*) e o país esteja sob ameaça de deflação (que o aumento da taxa de juros tende a piorar). No Brasil, o cenário macroeconômico teve importante deterioração com consequências no mercado de trabalho e no consumo das famílias. A taxa de desemprego atingiu, em dezembro de 2015, 6,9% da população economicamente ativa (PME/IBGE), revertendo o movimento de queda observado nos últimos 6 anos. A queda da ocupação levou a uma retração do rendimento médio e a uma consequente queda da massa salarial, prejudicando o desempenho do comércio e da indústria. A crise de confiança perdurou durante todo o ano, resultante não só da atividade econômica, mas principalmente da instabilidade política e das incertezas quanto ao ajuste fiscal e às consequências na economia do país. Como apontam as projeções, esse cenário parece se manter em 2016, assim como o desempenho negativo da produção industrial, vendas do comércio e massa de renda do trabalho. **Ambiente Regulatório:** O ano de 2015 foi marcado pelo fim dos subsídios do Governo às tarifas, e início do pagamento, pelos consumidores, dos empréstimos tomados pelas distribuidoras por intermédio da CCEE. O resultado disso foi um aumento da CDE de R\$17 bilhões, em relação à quota anual de 2014. Para os consumidores finais das concessionárias de distribuição, o impacto tarifário da nova quota da CDE foi considerado na Revisão Tarifária Extraordinária de 2015, sendo percebido diferentemente entre os consumidores das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste, bem como entre os consumidores dos diferentes níveis de tensão e entre o mercado cativo e livre. **Bandeiras tarifárias:** A partir do ano de 2015, entrou em vigor a metodologia de bandeiras tarifárias que tem como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. Diferentemente do previsto na AP 120/2011, a aplicação da metodologia foi alterada de modo a cobrir além dos custos dos contratos de energia por disponibilidade outros itens suscetíveis às variações do Preço Diferenças de Liquidações (PLD). Adicionalmente, a nova metodologia prevê o compartilhamento, entre todas as distribuidoras, dos custos e das receitas faturadas com os adicionais de bandeiras. **Metodologia Revisão Tarifária:** Em 2015, também houve a conclusão da AP23/14, que consolidou a metodologia de Revisão Tarifária para o 4CRTP, cuja alteração mais significativa recaiu sobre a definição da Base de Remuneração Regulatória, que passará a ser estabelecida, parcialmente, por padrões regulatórios. Para os processos de revisão tarifária que ocorreram em 2015, já foram consideradas as novas metodologias, com exceção da BRR, pois o novo PPRORET prevê um período de transição. **Renovação das Concessões:** Outro fato importante em 2015 foi a Audiência Pública nº 038 de 2015 (AP038/2015), que discutiu a prorrogação das concessões de distribuição com os agentes e sociedade por meio da minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, nos termos do Decreto 8.461 de 02 de junho de 2015. O Termo Aditivo, aprovado pelo Despacho nº 3.540, de 20 de outubro de 2015, prevê obrigações de sustentabilidade econômico-financeira e cumprimento dos indicadores de qualidade, sob pena de reversão da concessão, além de cláusulas versando sobre governança corporativa e neutralidade integral dos itens de Parcela A. Em 08 de dezembro de 2015, o Grupo CPFL assinou os Termos Aditivos relacionados às prorrogações dos contratos de concessão das empresas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguarí, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista. **Liminar ABRACE:** O significativo aumento da cota CDE no ano de 2015 foi questionado judicialmente por várias associações. Efetivamente, teve-se a excussão da Liminar da ABRACE, por meio do Processo Judicial nº 26648-39.2015.4.01.3400, requereu-se a suspensão do pagamento de parte considerada controversa do encargo tarifário da CDE, pelos seus associados, bem como a alteração da forma de rateio dos valores remanescentes do orçamento. A aplicação da Liminar resultou em um aumento tarifário para os demais consumidores, uma vez que não houve redução na cota a ser recolhida pelas distribuidoras. **Segmento de Geração:** Em 2015, para o segmento de Geração, o principal destaque foi a repactuação do risco hidrológico (GSF), estabelecido por meio da Lei 13.203/2015 (publicada a partir da MP 688), que possibilitou às usinas hidrelétricas do Grupo CPFL mitigar eventuais impactos negativos resultantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), mediante o pagamento de um prêmio e cancelamento de toda e qualquer ação judicial referente ao assunto. Destacam-se também os seguintes temas que foram discutidos ao longo de 2015: (i) alteração dos limites máximos e mínimos do PLD para R\$ 422,56/MWh e R\$ 30,25/MWh respectivamente (REH nº 2.002, de 15 de dezembro de 2015); (ii) recalculação dos valores de TEIF e TEIP (Portaria MME nº 284/15), que serão utilizados no processo de revisão da garantia física das usinas; (iii) o adiamento da revisão da garantia física das usinas hidrelétricas para 2016, que ocorrerá após a conclusão dos estudos de grupo de trabalho específico (Portaria MME nº 537/15); (iv) diversas ações judiciais impetradas pelos agentes hidrelétricos, em função dos severos impactos no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") devido a menor quantidade de energia alocada (GSF), causada pela hidrológica desfavorável, fizeram com que o MME negociasse, com a participação dos agentes e associações, a Medida Provisória nº 688, posteriormente, convertida na Lei 13.203/2015, que possibilitou a repactuação do risco hidrológico; (v) leilão de concessão nº 12/2015, referente às diversas UHEs cujas concessões estavam vencidas ou vencer, cabendo destaque para as UHEs Jupia (1.551,2 MW) e Ilha Solteira (3.444 MW); (vi) a grande quantidade de lotes de leilões de transmissão para os quais não houve lances, obrigando a ANEEL a considerar um menor número de empreendimentos por lotes e um maior número de leilões por ano, indicando um bom sinal para os investidores; (vii) PL 1.917 - Portabilidade e abertura do mercado, que basicamente estabelece: (a) renovação das concessões de geração, de forma onerosa, eliminando o modelo de cotas do ACR, por consequência trazendo isonomia entre os ambientes regulado e livre; (b) leilões de geração, com destinação do risco hidrológico para o gerador e participação de comercializadoras, distribuidoras e consumidores; (c) leilões descentralizados, por processo licitatório, para contratação do mercado de distribuição; (d) liberalização do mercado para todos os consumidores do setor elétrico, de forma gradual; e (e) leilões de sobras contratuais da distribuidora, com ganhos compartilhados com os consumidores. Em relação à **regulação** destacam-se as seguintes regulamentações: (i) Resolução Normativa nº 645, de 19/12/2014, publicada no Diário Oficial de 05/01/2015, que altera a estrutura organizacional da ANEEL. Foram extintas as Superintendências de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, a Superintendência de Regulação Econômica - SRE, a Superintendência de Regulação dos Serviços Comerciais - SRC, a Superintendência de Planejamento e Gestão - SPG. Foram criadas as Superintendências de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM e a Superintendência de Gestão Tarifária - SGT. (ii) Lei nº 13.097, de 19/01/2015, originária da MP 656/2014, que implementa os Leilões A-O-e-A-2 de energia existente e dispõe sobre características de PCHs, ampliando o limite de potenciais hidráulicos que estão dispensados de autorização pela ANEEL e precisam apenas de registro no poder concedente, que agora passa a ser 3.000 kW (antes era 1.000 kW); (iii) Decreto nº 8.401, de 04.02.2015, que estabelece que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE deverá criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinadas a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. (iv) Portaria MME nº 39, que prova as diretrizes e a sistemática para a realização do Leilão de Fontes Alternativas de 2015; e altera o artigo 9º da Portaria MME 563 de 17/10/2014; (v) Portaria MME nº 40, de 27/02/2015, que altera o artigo 3º da Portaria MME 653 de 11/12/2014, bem como, revoga, o artigo 1º da Portaria MME 012, de 29/01/2015, as alterações relativas ao Operador 3º, parágrafo 2º, da Portaria MME 653 de 11/12/2014, (vi) Despacho nº 458, de 27/02/2015, autorizando o Grupo Central do Sistema

Elétrico - ONS, a celebrar com qualquer agente habilitado a importação e/ou exportação de energia elétrica, a contratação do uso do sistema de transmissão, juntamente com o uso das instalações de transmissão destinadas a interligações internacionais, por meio de contratos de no mínimo um dia, sendo vedada a celebração de mais de um contrato por semana; (vii) Despacho nº 477, de 27/02/2015, fixa o valor da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE para os agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de março de 2015; (viii) Resolução Homologatória nº 1.857, de 02/03/2015, estabelece o montante da quota anual da Conta de Desenvolvimento Energético para o ano de 2015; (

**Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)**: A Administração propõe a distribuição de R\$ 205 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias, negociadas na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (BM&FBovespa). O valor proposto corresponde a R\$ 0,206868475 por ação, relativo ao ano de 2015.
**Reserva Estatutária - Reforço de Capital de Giro**: Para este exercício, considerando o atual cenário econômico adverso e as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras devido a campanhas de eficiência energética e aumentos extraordinários de tarifas ocorridas durante o ano de 2015, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 393 milhões à reserva estatutária - reforço de capital de giro.
**Bonificação em ações aos acionistas**: Visando reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva, em reunião realizada em 7 de março de 2016, recomendou ao Conselho de Administração que fosse proposto à Assembleia Geral a capitalização do saldo da reserva estatutária - reforço de capital de giro com a emissão, em favor dos acionistas, de novas ações. Esta proposta será submetida para aprovação à Assembleia Geral Extraordinária convocada para 29 de abril de 2016.
**Endividamento**: No final de 2015, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da companhia atingiu R\$ 19.489 milhões, apresentando um aumento de 5,0%. As disponibilidades totalizaram R\$ 5.683 milhões, um aumento de 30,4%. Com isso, a dívida líquida passou para R\$ 13.806 milhões, registrando uma queda de 2,8%. O aumento no endividamento financeiro tem o objetivo de suportar a estratégia de expansão dos negócios do Grupo, como o financiamento dos projetos *greenfield* na CPFL Renováveis. Além disso, a CPFL Energia adota uma estratégia de *pre-funding*, antecipando-se nas captações de dívidas vindças num prazo de 18 a 24 meses. O custo nominal de dívida aumentou em aproximadamente 2,4 pontos percentuais para 12,6% ao ano devido ao aumento da taxa Selic e em relação ao perfil de seu endividamento, prazo médio da dívida é de 3,61 anos.

#### 5. INVESTIMENTOS

Em 2015, foram realizados investimentos de R\$ 1.428 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 868 milhões foram direcionados à distribuição, 500 milhões à geração (R\$ 493 milhões da CPFL Renováveis e R\$ 7 milhões de geração convencional) e R\$ 58 milhões à comercialização e serviços. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 37 milhões relacionado à construção de linhas de transmissão da CPFL Transmissão que, de acordo com o IFRIC 12, está registrado como "Ativos Financeiros de Concessão" (ativo não circulante). A CPFL Energia contabilizou também R\$ 255 milhões em Obrigações Especiais no exercício entre outros itens financiados pelo consumidor. Entre os investimentos da CPFL Energia em 2015 podemos destacar:
**Distribuição**: foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes, entre outros. Em 31 de dezembro de 2015, nossas distribuidoras possuem 7,8 milhões de clientes (acrécimo de 166 mil clientes) e nossa rede de distribuição consistia em 247.422 km de linhas de distribuição (acrécimo de 6.478 km de linhas) incluindo 369.526 transformadores de distribuição (acrécimo de 15.804 transformadores). Nossas oito subsidiárias de distribuição tinham 9.986 de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acrécimo de 105 km de linhas). Nesta data, detinhamos 453 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição (aumento de 8 subestações), com capacidade total de transformação de 14.865 (acrécimo de 294 MVA);
**Geração**: foram destinados principalmente ao Complexo Edício Morro dos Ventos II, empreendimento que entrou em operação em abril de 2015, e Complexos Eólicos Campo dos Ventos, São Benedito e Pedra Cheirosa e PCH Mata Velha, empreendimentos ainda em construção.

#### 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da CPFL Energia ("CPFL" ou "Companhia") e das sociedades controladas se baseia nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Em 2014, a CPFL completou 10 anos da abertura de seu capital na BM&FBovespa e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"). Com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da BMF&Bovespa e ADRS Nível III da NYSE, segmentos de listagem diferenciados que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL são Ordinárias, ou seja, dão direito de voto e os acionistas tem assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário. A Administração da CPFL é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho"), órgão de deliberação, e pela Diretoria Estatutária, órgão executivo. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios da *holding* e das empresas controladas, sendo composto por 7 membros externos, um deles Conselheiro Independente, cujo prazo de mandato é de 1 ano, com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão e Riscos, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, sustentabilidade e o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenhm o foco na sua função de fórum central das decisões, constituíu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho, cuja denominação da área foi alterada, em 2015, para Assessoria de Governança Corporativa. A Assessoria é um órgão que atua como guardiã das boas práticas, visando assegurar a adesão às Diretrizes de Governança; a agilidade da comunicação entre a Companhia e os conselheiros; a qualidade e a tempestividade das informações; a integração e avaliação dos conselheiros de administração e fiscais; o constante aperfeiçoamento dos processos de governança e o relacionamento institucional com agentes e entidades de governança. A composição da Diretoria Executiva, em linha com as diretrizes de governança, foi reformulada em maio de 2015. A alteração do Estatuto Social, aprovada na Assembleia Geral de Acionistas realizada dia 29 de abril de 2015, levou a criação de uma nova vice-presidência subordinada ao Diretor presidente, passando de 5 (cinco) para 6 (seis) Diretores vice-presidentes e alinhados ao nosso Programa de Sucessão. Todos os diretores vice-presidentes possuem mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, além de ocuparem posições no Conselho de Administração das empresas que fazem parte do grupo CPFL. Com a reorganização, a CPFL Energia visa criar as bases necessárias para consolidar-se como líder do setor elétrico brasileiro, buscando sempre a geração eficiente de seus ativos e oportunidades de geração de valor sustentável para todos os seus *stakeholders*. A CPFL possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 5 membros, que também exerce atividades de *Audit Committee*, em atendimento às regras da Lei *Sarbanes Oxley* (SOX) aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos. As Diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores <http://www.cpfll.com.br/n>.

#### 7. MERCADO DE CAPITAIS

A CPFL Energia, atualmente com 31,9% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem suas ações negociadas no Brasil (BM&FBovespa) e na Bolsa de Nova York (NYSE). Em 2015, as ações da CPFL Energia apresentaram desvalorização de 15,3% na BM&FBovespa e uma desvalorização de 45,3% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R\$ 15,18 por ação e US\$ 7,42 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 38,0 milhões, dos quais R\$ 24,3 milhões na BM&FBovespa e R\$ 13,7 milhões na NYSE, representando uma redução de 0,6% em relação a 2014. O número de negócios realizados na BM&FBovespa aumentou 8,1%, passando de uma média diária de 5.535 negócios, em 2014, para 5.984 negócios, em 2015.

## Relatório da Administração

#### 8. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Energia desenvolveu iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. A seguir estão os destaques do exercício:
**Plataforma de sustentabilidade**: consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Alavancas de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho para o curto e médio prazo.
**Comitê de Sustentabilidade**: principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma.
**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE)**: no final de 2015, foi concluída a revisão do Código de Ética, para alinhamento com as mudanças ocorridas na sociedade e no ambiente de negócio. O novo Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração e será implementado em 2016 para todo o Grupo CPFL Energia, juntamente com a atualização do Sistema de Gestão e Desenvolvimento de Ética. Em 2015, foram realizadas 10 reuniões do Comitê de Ética que, além de tratar de questões relacionadas com a disseminação das diretrizes éticas também analisaram propostas, sugestões e denúncias de transgressões ao Código vigente.
**Gestão de Recursos Humanos**: a companhia encerrou 2015 com 9.584 colaboradores (8.838 em 2014) e rotatividade de 19,90% (23,40% em 2014). As empresas do Grupo mantiveram programas de gestão e capacitação, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, sucesso de lideranças, aumento da produtividade e em saúde e segurança ocupacional. O número médio de horas de treinamento por colaborador foi de 59,6 horas (78,4 em 2014), superior à média da Pesquisa Sextante-2015 de 51 horas. Ainda neste exercício, a CPFL Energia integrou pelo décimo quarto ano consecutivo o ranking das "Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil", da publicação Guia Você S/A, Urmas e avançou em Gestão do Conhecimento, Escola de Eletricistas e Gestão de Talentos, com mais uma turma de profissionais com potencial para ocupar posições de liderança.
**Rede de Valor**: em 2015, participaram 81 empresas fornecedoras e foram realizadas 5 reuniões bimestrais, que abordaram os seguintes assuntos: objetivos 2015 da Rede de Valor, gestão de fornecedores, estratégias para a sustentabilidade, desafios do setor elétrico, terceirização, planos de investimentos BRR 2015/2016, projeto "A Energia na Cidades do Futuro", mobilidade elétrica, telhados solares, inovação e superação de desafios com palestra de Amy Klymir.
**Relacionamento com a comunidade: (i) Cultura** - Parceiras relevantes, como as com o CDP (Carbon Discloser Project) e a Prefeitura de Campinas, pautaram os debates sobre meio ambiente e as novas usinas no país, apresentadas na mesma Invenção do Contemporâneo. Estes e outros encontros foram gravados, editados, divulgados nos redes sociais, no site [www.cpfllultura.com.br](http://www.cpfllultura.com.br) e serão exibidos na TV Cultura. Além dos debates, com entrada gratuita e transmissão ao vivo, o Instituto CPFL Cultura organizou, em 2015, sessões gratuitas de cinema em homenagem a diretores consagrados, como Spike Jonze, Wes Anderson e Richard Linklater, concertos de música erudita, e levou ao interior de São Paulo o Circuito CPFL de Arte e Cultura, com exibição de filmes brasileiros, documentário e oficinas de sustentabilidade em parceria com o projeto Cinesolar, cinema itinerante movido a energia solar;
**(ii) Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos** - executado desde 2005, visa elevar o desempenho administrativo de hospitais filantrópicos e aperfeiçoar os serviços prestados à comunidade. Em 2015, o Programa atuou em 2 frentes: atuação das capacitações em gestão hospitalar, atendendo 20 hospitais das regiões de Barretos e Marília; e contratação junto ao Comitê Regional de Ribeirão Preto, formado pelos Hospitais Filantrópicos capacitados nas fases anteriores do Programa. O investimento em 2015 foi de R\$ 750 mil;
**(iii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (1% I.R.)** - Em 2015 as empresas do Grupo destinaram R\$ 261 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente. O repasse irá apoiar Planos de Ação que são resultado do diagnóstico situacional desenvolvido em 2015. Dos nove Conselhos apoiados em 2014, Ribeirão Claro/PR e São José do Rio Pardo/SP finalizaram o diagnóstico e apresentaram planos de ação consistentes e por isso o valor disponível, bem inferior em relação aos anos anteriores, foi aportado para esses dois municípios;
**(iv) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI (1% I.R.)** - Em 2015 o aporte de R\$ 261 mil foi feito ao Fundo do Idoso de Veranópolis/RS para apoiar a continuidade do diagnóstico, etapa 2 do Projeto "Cidade para Todas as Idades", iniciado em 2015;
**(v) Plano Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON (1% I.R.)** - em 2015, a CPFL apoiou o Centro Infantil Boldrini com o montante de R\$ 261 mil. O PRONON tem a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer;
**(vi) Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PACD)** - em 2015, a CPFL apoiou o Centro Especializado em Reabilitação SORRI-BAURJI, com o repasse no valor de R\$ 261 mil;
**(vii) Voluntariado** - consolidada a frente compartilhar do Programa Semear que trás ações contínuas com maior compartilhamento de valor. Em 2015 foram 72 ações que envolveram cerca de 3.000 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 13 cidades da área de concessão beneficiou aproximadamente 60.000 pessoas. O programa teve alguns marcos importantes como o módulo de capacitação aplicado na Trilha de Liderança e o lançamento da rede social Semear (V2V - De voluntário para voluntário),
**(viii) Eficiência energética (0,5% da ROL)** - foram investidos mais de R\$ 59,8 milhões, sendo R\$ 39,3 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 1.503 clientes, troca de 8.412 geladeiras, 134.754 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED) e instalação de 3.582 aquecedores solares, 3.500 trocadores de calor e 7.376 E-Power controlador eletrônico para redução do consumo de chuveiros. Também foram realizados projetos educacionais, CPFL nas Escolas e o Programa Educacional de Eficiência Energética nas Indústrias (PEEE), junto a 235 escolas municipais e estaduais, sendo formados 23.940 alunos, 1.039 professores em 87 municípios com um investimento de mais de R\$ 5,4 milhões. Também foram eficientizados 36 Prédios Públicos, 39 Escolas e 13 Hospitais, com um investimento de mais R\$ 7,3 milhões, além de 3 serviços de água e 4 indústrias sendo investidos mais de R\$ 2,3 milhões;
**(ix) Escola de Elettricista** - visa formar um banco de eletricitas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho, além de capacitar futuros colaboradores em fase de pré-contratação. Até 2015, concluímos a formação de 173 novos eletricitistas, sendo que 112 deles foram contratados; e
**(x) Aprendiz SENAI** - o programa foi criado em 2012 e mantido no mesmo formato até o ano de 2015. Visa capacitar jovens através da Escola SENAI e, ao final da formação, aqueles que apresentarem melhor desempenho no curso são contratados nas vagas existentes. Até 2015, foram formados 89 jovens e contratados 41 na CPFL. Ainda em 2016 a CPFL pretende expandir a parceria com escolas profissionalizantes aprovadas pelo MEC e também criar novas turmas de formação de eletricista utilizando recursos do PRONATEC.
**Gestão ambiental**: (i) inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) 2014 da CPFL Energia foi premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol; (ii) as ações da empresa integram novamente a carteira do *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*. As ações da CPFL Energia também foram incluídas, pelo 11º ano consecutivo, na carteira ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa para 2016; e (iii) cada empresa do Grupo desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para:
**Geração de energia - UHE Foz do Chapecó** - (i) Em 2015 foi realizada a soltura de 148 mil alevinos de curimatás e dourados visando o repovoamento do rio Uruguai. Os alevinos foram produzidos na Estação de Piscicultura de Aguas de Chapecó, por intermédio de convênio entre a empresa e o Instituto Goio-En; (ii) as associações de pescadores beneficiadas pelo Programa de Apoio aos Pescadores participaram de visitas técnicas para conhecer novas técnicas de cultivo e processamento de peixes. As visitas, patrocinadas pela Foz do Chapecó Energia, tiveram o acompanhamento técnico do SEBRAE e da Emater; (iii) Realizada em novembro de 2015 pela certificadora BSI a auditoria externa das certificações do Sistema de Gestão Integrado da FCE (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001), com recomendação da manutenção das certificações obtidas pela empresa.
**Companhia Energética Rio das Antas (Ceran)** - mantém um Sistema de Gestão Integrado,

## Balanco Social Anual 2015/2014(\*)

1 - Base de cálculo	2015 - Valor (Mil reais)			2014 - Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	20.205.869			17.305.942		
Resultado operacional (RO)	1.454.454			1.510.304		
Folha de pagamento bruta (FPB)	782.645			684.724		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	72.660	9,28%	0,36%	61.294	8,95%	0,35%
Encargos sociais compulsórios	205.699	26,28%	1,02%	185.320	27,06%	1,07%
Previdência privada	42.840	5,47%	0,21%	38.630	5,64%	0,22%
Saúde	45.960	5,87%	0,23%	39.364	5,75%	0,23%
Segurança e saúde no trabalho	2.750	0,35%	0,01%	3.193	0,47%	0,02%
Educação	2.550	0,33%	0,01%	2.223	0,32%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.054	0,90%	0,03%	7.742	1,13%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	1.073	0,14%	0,01%	969	0,14%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	52.772	6,74%	0,26%	62.283	9,10%	0,36%
Outros	7.260	0,93%	0,04%	6.885	1,01%	0,04%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>440.618</b>	<b>56,30%</b>	<b>2,18%</b>	<b>407.903</b>	<b>59,57%</b>	<b>2,36%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	7	0,00%	0,00%	125	0,01%	0,00%
Cultura	11.123	0,76%	0,06%	9.723	0,58%	0,05%
Saúde e saneamento	450	0,03%	0,00%	346	0,02%	0,00%
Esporte	1.665	0,11%	0,01%	1.373	0,09%	0,01%
Outros	9.569	0,66%	0,05%	6.455	0,43%	0,04%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>22.814</b>	<b>1,57%</b>	<b>0,11%</b>	<b>17.022</b>	<b>1,13%</b>	<b>0,10%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.763.719	877,56%	63,17%	4.911.425	325,19%	28,38%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>12.786.533</b>	<b>879,13%</b>	<b>63,28%</b>	<b>4.928.447</b>	<b>286,32%</b>	<b>28,48%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	27.482	1,89%	0,14%	31.837	2,11%	0,18%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	59.895	4,12%	0,30%	57.625	3,82%	0,33%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>87.377</b>	<b>6,01%</b>	<b>0,43%</b>	<b>89.462</b>	<b>5,92%</b>	<b>0,52%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		( ) não possui metas	( ) não possui metas		( ) não possui metas	( ) não possui metas
		( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 0 a 50%
		( ) cumpre de 51 a 75%	( ) cumpre de 51 a 75%		( ) cumpre de 51 a 75%	( ) cumpre de 51 a 75%
		(X) cumpre de 76 a 100%	(X) cumpre de 76 a 100%		(X) cumpre de 76 a 100%	(X) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	9.885			9.136		
Nº de admissões durante o período	2.257			2.405		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND		
Nº de estagiários(as)	169			188		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.148			2.107		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.224			2.146		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	8,77%			9,94%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.969			1.684		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,34%			1,17%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	344			289		

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014 (*)
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	424.192	799.775	5.682.802	4.357.455
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	–	–	3.174.918	2.251.124
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	1.227.590	942.367	91.392	54.483
Títulos e valores mobiliários		–	–	23.633	5.324
Tributos a compensar	7	72.885	49.071	475.211	329.638
Derivativos	35	70.153	–	627.493	23.260
Ativo financeiro setorial	8	–	–	1.464.019	610.931
Estoques		–	–	24.129	18.505
Arrendamentos	10	–	–	12.883	12.396
Ativo financeiro da concessão	11	–	–	9.630	54.094
Outros créditos	12	942	976	922.541	1.011.495
<b>Total do circulante</b>		<b>1.795.763</b>	<b>1.792.189</b>	<b>12.508.652</b>	<b>9.214.704</b>
<b>Não circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	–	–	128.946	123.405
Coligadas, controladas e controladora	32	2.814	12.089	84.265	100.666
Depósitos judiciais	22	630	546	1.227.527	1.162.477
Tributos a compensar	7	–	–	167.159	144.383
Ativo financeiro setorial	8	–	–	489.945	321.788
Derivativos	35	–	–	1.651.260	584.917
Créditos fiscais diferidos	9	140.389	150.628	334.886	938.496
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	52.680	55.157	–	–
Arrendamentos	10	–	–	34.504	35.169
Ativo financeiro da concessão	11	–	–	3.597.474	2.834.522
Investimentos ao custo		–	–	116.654	116.654
Outros créditos	12	14.919	15.818	560.014	388.828
Investimentos	13	6.940.036	6.290.998	1.247.631	1.098.769
Imobilizado	14	1.215	843	9.173.217	9.149.486
Intangível	15	24	18	9.210.338	8.930.171
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.152.706</b>	<b>6.526.098</b>	<b>28.023.819</b>	<b>25.929.732</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8.948.469</b>	<b>8.318.287</b>	<b>40.532.471</b>	<b>35.144.436</b>

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 13.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 e seus certificados têm validade até janeiro de 2018;
**UHE Campos Novos (Enercan)** - (i) Em 2015, a ENERCAN apoiou diversas ações para desenvolvimento da região nas áreas cultural, socioambiental e econômica, com apoio a 31 projetos, gerando 500 empregos diretos, indiretos ou temporários, e beneficiando mais de 36 mil pessoas. Um desses projetos, Protetores Ambientais, é desenvolvido em parceria com a Polícia Militar Ambiental e forma estudantes para atuarem como agentes multiplicadores de preservação ambiental; (ii) A ENERCAN desenvolveu pelo 4º ano consecutivo o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP) com os moradores lineiros ao reservatório da UHE Campos Novos, premiando as cinco melhores iniciativas; (iii) A ENERCAN, em parceria com Epagri, Senar e Secretarias de Agricultura, apoiou projetos de cultivo de frutas e peixes, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da economia local e proporcionar uma alternativa de renda para os produtores rurais da região. Além do apoio financeiro da Enercan, os participantes recebem cursos gratuitos de cooperativismo, associativismo, gestão de propriedade rural, empreendedorismo, além de capacitações específicas, como técnicas de produção e manejo;
**UHE Barra Grande (BAESA)** - (i) Em 2015, o Programa de Responsabilidade Socioambiental apoiou 40 projetos em municípios da área de influência da UHE Barra Grande. Voltados à geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social, os projetos receberam aporte de R\$ 424 mil da empresa e mais de R\$ 1,2 milhão de acionistas e parceiros locais; (ii) implantada a 4ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece ações dos moradores da região na preservação da vegetação. Em 2015, dez moradores foram premiados, em cerimônia realizada durante a 8ª Semana de Sustentabilidade da BAESA, evento que anualmente destaca projetos socioambientais desenvolvidos nos municípios da área de abrangência da UHE Barra Grande; (iii) As certificações ISO 14001 e OHSAS 18001 foram mantidas após auditoria externa, que verificou o bom funcionamento do Sistema de Gestão Integrado implantado; (iv) A BAESA criou um Conselho Comunitário Consultivo, que visa fortalecer o diálogo com a comunidade do entorno da UHE Barra Grande. A intenção é que as instituições promovam debates para definir investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança e proteção ao meio ambiente nos municípios da região; (v) A transparência e a correção na declaração das emissões de gases do efeito estufa (GEE) renderam à BAESA a conquista do Selo Ouro do GHG Protocol. O Selo Ouro é o mais alto reconhecimento concedido pelo Programa e atesta a transparência nas informações do Inventário 2014 realizado pela BAESA.
**Distribuição de energia** - (i) Continuidade do Programa de Arborização Urbana Viária, com doação de mudas às prefeituras municipais do Estado de São Paulo; (ii) suas Estações Avançadas são periodicamente avaliadas quanto aos riscos ambientais e requisitos legais, com estabelecimento de um ranking e de um plano de ação para melhorias; (iii) para situações de emergências ambientais, as distribuidoras possuem contrato com empresa especializada, além de um seguro ambiental. Para ocorrências de menor extensão, as Estações Avançadas e os veículos com equipamentos hidráulicos contam com kits de emergência ambiental para uso imediato; (iii) a CPFL Paulista deu início ao Projeto Arborização + Segura, iniciativa de revitalização da arborização urbana desenvolvida em parceria com municípios de sua área de concessão.

#### 9. AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>875.250</b>	<b>959.607</b>	<b>1.454.454</b>	<b>1.510.304</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	170	173	1.279.902	1.159.964
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	1.497	640	258.539	191.228
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	126.879	83.699
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	94.588	142.278	1.519.819	1.486.061
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	60.184	48.165
Equivalência patrimonial	(926.951)	(1.011.185)	(216.885)	(59.684)
Provisão para perda de valor recuperável de ativos	-	-	38.956	-
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	16.309	20.726
PIS e COFINS diferidos	-	-	19.138	24.964
Outros	-	-	(8.525)	(2.431)
	44.553	91.513	4.551.470	4.462.977
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(1.055.143)	(265.103)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	627.014	1.248.982	24.050	40.374
Tributos a compensar	(12.350)	1.564	(62.041)	(134)
Depósitos judiciais	(48)	(444)	22.827	65.732
Ativo financeiro setorial	-	-	(858.860)	(932.719)
Contas a receber - aporte CDE/CCEE	-	-	181.141	(352.379)
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	(44.243)	(62.299)
Outros ativos operacionais	933	(411)	(82.278)	20.634
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	366	(336)	787.063	470.982
Outros tributos e contribuições sociais	804	(389)	412.703	193.357
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(112.172)	(118.897)
Taxas regulamentares	-	-	808.223	11.415
Processos fiscais, civis e trabalhistas pagos	(674)	(209)	(247.512)	(188.000)
Passivo financeiro setorial	-	-	(23.170)	21.998
Contas a pagar - CDE	-	-	19.696	25.807
Outros passivos operacionais	(3.907)	5.694	107.930	84.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>656.691</b>	<b>1.345.964</b>	<b>4.429.684</b>	<b>3.478.212</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(36.589)	(138.599)	(1.595.649)	(1.333.570)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.172)	(21.463)	(276.061)	(652.070)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>617.661</b>	<b>1.185.902</b>	<b>2.557.974</b>	<b>1.592.572</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Valor pago em combinação de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(68.644)
Caixa incorporado em combinação de negócios	-	-	-	139.293
Redução (aumento) de capital em investidas	(490.010)	(360.000)	-	(45.445)
Venda de participação em investidas	-	-	10.454	-
Aquisições de imobilizado	(535)	-	(550.003)	(345.049)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	-	(147.914)	(7.839)
Adições de intangível	(12)	(13)	(877.793)	(716.818)
Venda de ativo não circulante	-	-	10.586	43.024
Adiantamento para futuro aumento de capital	(52.680)	(27.153)	-	-
Operações de mútuo com controladas e coligadas	10.845	(2.822)	29.776	949
Devolução de adiantamento a fornecedores	-	-	-	67.342
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(532.392)</b>	<b>(389.988)</b>	<b>(1.524.894)</b>	<b>(933.007)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	7	1.123
Captação de empréstimos e debêntures	829.997	-	4.532.167	3.186.384
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.290.000)	-	(4.037.685)	(2.559.771)
Liquidação de operações com derivativos	-	-	(135.309)	(119.628)
Pagamento de aquisição de negócios	-	-	(61.709)	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(850)	(986.811)	(5.204)	(1.016.641)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(460.853)</b>	<b>(986.811)</b>	<b>292.267</b>	<b>(508.533)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(375.584)</b>	<b>(190.897)</b>	<b>1.325.347</b>	<b>151.032</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>799.775</b>	<b>990.672</b>	<b>4.357.455</b>	<b>4.206.422</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>424.192</b>	<b>799.775</b>	<b>5.682.802</b>	<b>4.357.455</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do Valor Adicionado**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>1 - Receita</b>	<b>10.821</b>	<b>81</b>	<b>34.377.361</b>	<b>23.057.172</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.274	78	32.862.289	21.851.381
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	547	3	595.282	344.492
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.046.669	944.997
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(126.879)	(83.699)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(10.322)</b>	<b>(7.701)</b>	<b>(17.590.769)</b>	<b>(14.092.481)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(14.749.957)	(11.780.445)
2.2 Material	(586)	(21)	(1.116.288)	(857.284)
2.3 Serviços de terceiros	(7.239)	(5.060)	(1.122.529)	(1.008.775)
2.4 Outros	(2.498)	(2.620)	(601.289)	(416.267)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>(6.501)</b>	<b>(7.620)</b>	<b>16.786.592</b>	<b>8.964.691</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(170)</b>	<b>(173)</b>	<b>(1.291.726)</b>	<b>(1.160.713)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(170)	(173)	(987.062)	(875.696)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(302.665)	(285.018)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>(8.670)</b>	<b>(7.793)</b>	<b>15.504.865</b>	<b>7.803.977</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.011.013</b>	<b>1.141.740</b>	<b>1.861.444</b>	<b>962.928</b>
6.1 Receitas financeiras	84.061	130.555	1.644.560	903.244
6.2 Equivalência patrimonial	926.951	1.011.185	216.885	59.684
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.002.342</b>	<b>1.133.947</b>	<b>17.366.310</b>	<b>8.766.905</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>16.939</b>	<b>15.507</b>	<b>905.102</b>	<b>814.979</b>
8.1.1 Remuneração direta	9.963	8.455	562.082	500.471
8.1.2 Benefícios	5.987	6.257	298.738	275.322
8.1.3 FG.T.S.	988	796	44.283	39.186
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>28.244</b>	<b>25.807</b>	<b>12.910.440</b>	<b>5.044.467</b>
8.2.1 Federais	28.394	25.782	12.207.474	1.916.922
8.2.2 Estaduais	30	24	4.688.978	3.109.743
8.2.3 Municipais	-	-	13.988	17.802
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>92.040</b>	<b>143.456</b>	<b>2.675.490</b>	<b>2.021.016</b>
8.3.1 Juros	91.918	143.318	2.622.405	1.954.293
8.3.2 Aluguéis	121	138	53.085	46.729
8.3.3 Outros	-	-	-	19.784
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>864.940</b>	<b>949.177</b>	<b>875.277</b>	<b>886.443</b>
8.4.1 Dividendo (incluindo adicional proposto)	173.708	281.430	164.228	208.674
8.4.2 Lucros retidos	691.232	667.747	711.050	677.770
	<b>1.002.342</b>	<b>1.133.947</b>	<b>17.366.310</b>	<b>8.766.905</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Resultado abrangente acumulado		Participação de acionistas não controladores		
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para investimento	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.793.424</b>	<b>287.630</b>	<b>603.352</b>	<b>108.987</b>	<b>567.802</b>	<b>18.490</b>	<b>8.798.718</b>
<b>Resultado abrangente total</b>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>							
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	47.459	65.400	554.888	-	1.455
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	2.254
Constituição de Reserva Legal	-	-	47.459	-	-	-	(766)
Realização/reversão da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(108.987)	-	-	-
Monetização da reserva estatutária no exercício	-	-	-	65.400	554.888	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>							
Dividendo Prescrito	-	-	180.452	-	-	-	1.635
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	2.550
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	(567.802)	-	(867)
Resgate de reserva de capital de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(48)
Aumento de capital em controladas sem alteração no controle	-	362	-	-	-	-	760
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(207)	-	-	-	-	207
Combinação de negócios CPFL Renováveis/DESA	-	180.297	-	-	-	-	653.366
Combinação de negócios CPFL Renováveis/DESA - efeito de não controlador de controlada (*)	-	-	-	-	-	-	119.137
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014 (*)</b>	<b>4.793.424</b>	<b>468.082</b>	<b>650.811</b>	<b>330.437</b>	<b>483.610</b>	<b>17.003</b>	<b>9.937.329</b>
<b>Resultado abrangente total</b>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>							
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	43.247	255.013	392.972	-	1.635
Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	2.550
Constituição da Reserva Legal	-	-	43.247	-	-	-	(867)
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	255.013	392.972	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>							
Aumento de capital	-	554.888	-	-	(554.888)	-	(48)
Dividendo prescrito	-	554.888	-	-	(554.888)	-	(8.140)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	5.597
Aumento de capital em controladas sem alteração no controle	-	-	-	-	(205.423)	-	(8.147)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>5.348.312</b>	<b>468.082</b>	<b>694.058</b>	<b>585.451</b>	<b>457.491</b>	<b>15.320</b>	<b>10.130.138</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Operacional" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Sala 142 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil. A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº de consumidores		Prazo da concessão	Término da concessão
				Nº de municípios	aproximados (em milhares)		
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de São Paulo	234	4.218	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior do litoral de São Paulo	29	1.659	30 anos	Outubro de 2028
Rio Grande Energia S.A. ("RGE")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	255	1.444	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Paraná	27	205	30 anos	Julho de 2045
Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo	7	57	30 anos	Julho de 2045
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Jaguarí")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo	2	39	30 anos	Julho de 2045
Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo	5	83	30 anos	Julho de 2045
Companhia Luz e Força de Mococa ("CPFL Mococa")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Minas Gerais	4	46	30 anos	Julho de 2045

Geração de energia (fontes convencionais e renováveis)	Tipo de sociedade	Localização (Estado)	Nº usinas/tipo de energia		Potência instalada (MW)	Participação CPFL
			Nº	Terminada		
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	São Paulo e Goiás	1 Hidrelétrica	4 PCH (a) e 1 térmica	729	729
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CER						



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:**

	Consolidado					
	31/12/2015		31/12/2014		PIS/IRPJ	
	CSLL	IRPJ	COFINS	CSLL	IRPJ	COFINS
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis</b>						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	33.806	93.906	-	29.282	81.340	-
Entidade de previdência privada	1.867	5.185	-	1.900	5.277	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.880	43.556	-	12.422	34.506	-
Provisão para energia livre	6.897	19.158	-	6.210	17.251	-
Programas de P&D e eficiência energética	16.060	44.612	-	11.821	32.836	-
Provisão relacionada a pessoal	2.578	7.161	-	3.303	9.176	-
Diferença de taxas de depreciação	6.797	18.880	-	7.087	19.685	-
Derivativos	(219.524)	(609.788)	-	-	-	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS/CPC)	(9.031)	(25.085)	-	(1.572)	(4.368)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (IFRS/CPC)	(73.241)	(202.271)	(18.450)	(45.322)	(125.895)	(2.838)
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	19.158	57.939	-	12.720	37.120	5.186
Outros ajustes (IFRS/CPC)	(8.950)	(24.860)	-	8.613	23.788	-
Depreciação acelerada incentivada	(34)	(95)	-	(19)	(54)	-
Outros	4.236	11.054	291	4.511	11.306	-

**Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado**

Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(58.484)	(162.456)	-	(61.792)	(171.643)	-
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	10.464	29.064	-	12.672	35.199	-

**Diferenças temporariamente indedutíveis - combinação de negócios CPFL Renováveis**

**Impostos diferidos - ativo:**

Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	24.248	67.355	-	25.725	71.458	-
--	--------	--------	---	--------	--------	---

**Impostos diferidos - passivo:**

Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(29.132)	(80.922)	-	(30.905)	(85.847)	-
Mais valia de ativos recebidos da anua FRS	(86.495)	(240.264)	-	(89.882)	(249.671)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(193.927)	(538.685)	-	(204.549)	(568.192)	-
Outras diferenças temporárias	(17.233)	(47.874)	-	(14.907)	(41.410)	-
<b>Total</b>	<b>(547.066)</b>	<b>(1.519.170)</b>	<b>(18.159)</b>	<b>(294.473)</b>	<b>(819.339)</b>	<b>2.348</b>

**9.4 Expectativa de recuperação:** A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de (i) diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do ágio incorporado está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido e (ii) prejuízo fiscal e base negativa está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Sua composição é como segue:

**Expectativa de recuperação**

	Controladora	Consolidado
2016	23.975	51.653
2017	21.889	(42.092)
2018	20.865	11.246
2019	20.478	50.451
2020	49.291	181.552
2021 a 2023	1.901	108.188
2024 a 2026	-	-
2027 a 2029	-	-
<b>Total</b>	<b>140.389</b>	<b>334.886</b>

**9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2015 e 2014:**

	Controladora			
	2015	2014	2015	2014
<b>CSLL</b>	<b>875.250</b>	<b>875.250</b>	<b>875.250</b>	<b>875.250</b>
<b>IRPJ</b>	<b>959.607</b>	<b>959.607</b>	<b>959.607</b>	<b>959.607</b>

**Lucro antes dos tributos**

**Ajustes para refletir a alíquota efetiva:**

	2015	2014
Equivalência patrimonial	(926.951)	(1.011.185)
Amortização de intangível adquirido	(23.177)	(25.180)
Juros sobre o capital próprio	72.339	137.291
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	11.390	13.443
<b>Base de cálculo</b>	<b>8.851</b>	<b>38.050</b>
Alíquota aplicável	9%	25%
<b>Crédito (débito) fiscal apurado</b>	<b>(797)</b>	<b>(9.513)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	-	11.840
<b>Total</b>	<b>(797)</b>	<b>(9.513)</b>

**Conteúdo**

	2015	2014
Corrente	-	(70)
Diferido	(797)	(9.443)

	2015		2014	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.454.454</b>	<b>1.454.454</b>	<b>1.510.304</b>	<b>1.510.304</b>

**Ajustes para refletir a alíquota efetiva:**

	2015	2014
Equivalência patrimonial	(216.885)	(59.684)
Amortização de intangível adquirido	84.484	108.797
Incentivos fiscais - PHT (*)	-	(10.914)
Efeito regime lucro presumido	(186.546)	(244.541)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	117.374	117.374
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(85.760)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	42.310	59.450
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.295.192</b>	<b>1.192.890</b>
Alíquota aplicável	9%	25%
<b>Crédito (débito) fiscal apurado</b>	<b>(116.567)</b>	<b>(298.223)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(43.595)	(120.792)
<b>Total</b>	<b>(160.162)</b>	<b>(419.015)</b>

(\*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica.

**Amortização de intangível adquirido** - Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de controladas. Na controladora, tais valores são classificados na linha de resultado de equivalência patrimonial, em atendimento do ICPD 09 (R2) (nota 15). **Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido** - O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado no qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes a sua absorção. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) no exercício de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2015	2014	2015	2014
<b>CSLL</b>	<b>(84.635)</b>	<b>(84.635)</b>	<b>247.040</b>	<b>247.040</b>
<b>IRPJ</b>	<b>7.984</b>	<b>7.984</b>	-	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>(76.651)</b>	<b>(76.651)</b>	<b>247.040</b>	<b>247.040</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>6.899</b>	<b>19.163</b>	<b>(22.234)</b>	<b>(61.760)</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	(3.959)	(10.998)	16.590	46.081
<b>Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>2.940</b>	<b>8.165</b>	<b>(5.644)</b>	<b>(15.679)</b>

**9.6 Créditos fiscais não reconhecidos:** Em 31 de dezembro de 2015, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 99.062, que poderão ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Algumas controladas também possuem créditos de imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2015, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados são CPFL Renováveis (R\$ 57.329), Sul Geradora (R\$ 72.567), CPFL Telecom (R\$ 23.614) e CPFL Jaguarí Geração (R\$ 1.723). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

**10. ARRENDAMENTO**

As atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para autoprodução de energia são realizadas principalmente pela controlada CPFL Eficiência Energética S.A. (nota 13), nas quais é arrendadora e os principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários. A essência da operação é arrendar, para os clientes que necessitam de maior consumo de energia elétrica em horários de pico (quando a tarifa é mais alta), equipamentos de geração de energia ("autoprodução") e, sobre estes equipamentos, prestar serviços de manutenção e operação. A controladora realiza o investimento de construção da planta de geração de energia nas instalações do cliente. A partir da entrada em operação dos equipamentos, o cliente passa a efetuar pagamentos fixos mensais e a receita passa a ser reconhecida durante o período do contrato de arrendamento com base na taxa efetiva do contrato. Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, os recebimentos tratados como realização do contas a receber e as receitas operacionais reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a taxa de juros efetiva implícita no arrendamento, pelo prazo dos respectivos contratos. Estes investimentos resultaram neste exercício em uma receita operacional de R\$ 11.164 (R\$ 10.683 em 2014).

	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Investimento bruto	83.854	88.969	-	-
Receita financeira não realizada	(36.466)	(41.403)	-	-
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	<b>47.388</b>	<b>47.566</b>	-	-
Circulante	12.883	12.396	-	-
Não circulante	-	34.504	-	35.169

	Consolidado			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Investimento bruto	16.432	38.489	28.933	83.854
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	5.329	23.100	20.758	47.388
Em 31 de dezembro de 2015 não há (i) valores residuais não garantidos que resultem em benefício do arrendador; (ii) provisão para pagamentos mínimos incorríveis do arrendamento a receber; e (iii) pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.	-	-	-	-

**11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

	Consolidado			
	Distribuidoras	Transmissora	Consolidado	
<b>Saldo em 31/12/2013 (não circulante)</b>	<b>2.771.593</b>	<b>15.480</b>	<b>2.787.073</b>	
Adições	435.852	59.576	495.428	
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras	-	(5.542)	-	(5.542)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	104.642	-	104.642	
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	-	2.723	2.723	
Recebimentos	-	-	-	-
Baixas	(9.708)	-	(9.708)	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>3.296.837</b>	<b>77.779</b>	<b>3.374.616</b>	
Circulante	540.094	-	540.094	
Não circulante	2.756.744	77.779	2.834.522	
Adições	330.062	37.469	367.531	
Promulgação de concessões - transferência para o ativo intangível	(537.198)	-	(537.198)	
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	414.800	-	414.800	
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	-	11.400	11.400	
Recebimento RAP	-	(3.257)	(3.257)	
Baixas	(20.788)	-	(20.788)	
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>3.483.713</b>	<b>123.391</b>	<b>3.607.104</b>	
Circulante	-	9.630	9.630	
Não circulante	3.483.713	113.761	3.597.474	

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras (mensurados a valores justos) e transmissoras de energia (mensurado ao custo amortizado) de receber caixa (i) via indenização nas distribuidoras no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão e (ii) direito das transmissoras de receber caixa ao longo da concessão via receita anual permitida ("RAP"). Para as distribuidoras de energia, conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição - "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do exercício (receita financeira de R\$ 414.800 em 2015 e R\$ 104.642 em 2014). Na linha "transferência para o ativo intangível" estão registrados os impactos da prorrogação das concessões de distribuição das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguarí e CPFL Mococa, que efetuaram a transferência do montante de R\$ 537.198 do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível (nota 15) correspondente ao direito de exploração da concessão de julho de 2015 até junho de 2045. Para as transmissoras de energia, a remuneração deste ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado e a RAP a ser recebida ao longo da concessão. A atualização de R\$ 11.400 tem como contrapartida outras receitas operacionais (R\$ 2.723 em 2014).

**12. OUTROS CRÉDITOS**

	Consolidado			
	Circulante	Não circulante	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos - Fundação CESP	10.567	11.569	-	-
Adiantamentos - fornecedores	10.666	15.934	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	649	8.007	433.014	290.839
Ordens em curso	274.605	262.076	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.987	12.787	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	515	31.375	32.119
Convênios de arrecadação	90.451	73.076	-	-
Despesas antecipadas	61.602	43.185	19.579	9.630
Repactuação GSF	8.724	-	29.392	-
Contas a receber - aporte CDE/CCEE	341.781	522.922	-	-
Contas a receber - combinação de negócios	-	-	13.950	13.950
Adiantamento a funcionários	12.509	10.945	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(12.460)	(13.304)	(1.981)	(1.981)
Indenizações de sinistros	49.937	-	-	-
Outros	66.525	63.783	34.685	44.270
<b>Total</b>	<b>922.541</b>	<b>1.011.495</b>	<b>560.014</b>	<b>388.828</b>

**Cauções, fundos e depósitos vinculados** - São garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas. **Ordens em curso** - Compreendem custos e receitas relacionados a desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 24). **Contratos de pré-compra de energia** - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro. **Repactuação GSF** - Refere-se ao prêmio pago antecipadamente referente à transferência do risco de GSF de 2015 para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeirante Tarifária ("CCRB") das controladas Ceran, CPFL Jaguarí Geração (Paulista Lajeado) e CPFL Renováveis, em contrapartida ao custo de energia elétrica comprada para revenda (nota 28.2). Este montante refere-se ao período de janeiro de 2016 a junho de 2020 e será amortizado neste período de forma linear em contrapartida a outras despesas operacionais. **Convênios de arrecadação** - Refere-se a (i) convênios firmados pelas distribuidoras com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referente à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros; e (ii) recebimentos pela controlada CPFL Total, para posterior repasse aos clientes que utilizam dos serviços de arrecadação prestados por esta controlada. **Contas a receber - Aporte CDE/CCEE** - referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no

**13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:** As principais informações sobre o investimento em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	31/12/2015		31/12/2014		2015		2014	
	Quantidade (mil) de ações	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial	
<b>Investimento</b>								
CPFL Paulista	880.653	11.163.454	880.653	1.352.393	298.203	1.352.393	728.213	
CPFL Piratininga	53.096.770	4.235.183	178.574	537.670	211.637	537.670	479.686	
CPFL Santa Cruz	371.772	475.121	71.261	131.149	12.424	131.149	12.424	
CPFL Leste Paulista	892.772	158.175	27.623	46.301	13.556	46.301	38.066	
CPFL Sul Paulista	454.958	204.729	25.974	55.233	16.201	55.233	44.375	
CPFL Jaguarí	209.294	172.528	19.357	28.521	4.852	28.521	25.627	
CPFL Mococa	117.199	113.068	15.251	29.205	6.679	29.205	26.260	
RGE	1.019.790	4.903.092	1.199.071	1.580.807	145.804	1.580.807	1.300.685	
CPFL Geração	205.487.717	5.984.692	1.043.922	2.169.922	240.520	2.169.922	2.035.286	
CPFL Jaguarí Geração (*)	40.108	44.499	40.108	42.729				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.5.2 **Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores:** As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

	31/12/2015			31/12/2014		
	CPFL CERAN	Paulista Renováveis	Paulista Lajeado	CPFL CERAN	Paulista Renováveis	Paulista Lajeado
Ativo circulante	203.205	1.296.420	39.916	138.684	1.166.223	13.756
Caixa e equivalentes de caixa	154.845	871.503	30.907	84.201	828.411	328
Ativo não circulante	997.049	10.607.682	126.147	1.040.545	10.515.273	116.715
Passivo circulante	128.920	1.174.865	16.515	129.255	1.019.960	35.315
Passivo financeiro	101.347	929.758	6.889	108.355	786.660	9.388
Passivo não circulante	401.988	6.245.440	40.908	437.249	6.306.222	-
Passivo financeiro	401.988	5.151.163	40.908	437.249	4.972.544	-
Patrimônio líquido	669.346	4.303.791	108.839	612.726	3.356.144	95.192
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	669.346	4.176.063	108.839	612.726	4.230.497	95.192
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	127.734	-	-	124.816	-

	2015			2014		
	CPFL CERAN	Paulista Renováveis	Paulista Lajeado	CPFL CERAN	Paulista Renováveis	Paulista Lajeado
Receita operacional líquida	281.374	1.499.356	31.225	327.066	1.247.627	42.771
Depreciação e amortização	(45.966)	(540.578)	(7)	(50.017)	(432.267)	(6)
Receita de juros	17.532	115.639	2.243	11.604	87.131	656
Despesa de juros	(40.801)	(551.407)	(1.206)	(40.441)	(418.141)	-
Despesa de imposto sobre a renda	(38.381)	(49.221)	(2.843)	(18.880)	(33.648)	(2.691)
Lucro (prejuízo) líquido	153.269	10.028	74.256	12.374	37.558	(7.728)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	74.256	(54.447)	12.374	37.558	(168.771)	(7.728)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	5.730	-	-	1.410	-

13.5.3 **Empreendimentos controlados em conjunto:** As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

	31/12/2015				31/12/2014			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	292.133	105.198	356.493	305.371	143.213	71.178	252.223	337.891
Caixa e equivalentes de caixa	112.387	75.097	239.192	120.307	45.329	19.178	154.554	96.588
Ativo não circulante	1.253.002	1.174.604	3.079.957	600.413	1.238.047	1.210.974	3.090.190	637.190
Passivo circulante	264.721	188.077	447.142	336.794	149.088	138.909	374.374	480.948
Passivo financeiro	167.845	182.215	251.893	180.190	91.723	130.122	313.222	345.657
Passivo não circulante	109.317	427.288	2.108.889	292.489	378.468	308.751	2.183.763	300.288
Passivo financeiro	265.905	415.868	2.108.109	292.295	338.297	479.329	2.183.155	307.622
Patrimônio líquido	971.097	664.442	880.488	276.500	853.707	654.492	784.272	185.965

	2015				2014			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	523.055	427.561	729.511	949.246	492.921	395.440	820.500	1.220.511
Depreciação e amortização	(53.733)	(55.342)	(130.652)	(32.413)	(53.674)	(50.554)	(130.988)	(32.339)
Receita de juros	15.742	8.426	28.235	11.275	14.295	6.345	26.208	2.368
Despesa de juros	(56.049)	(22.555)	(132.625)	(29.778)	(40.572)	(32.933)	(135.463)	(34.983)
Despesa de imposto sobre a renda	(76.795)	(5.165)	(76.880)	(32.869)	(50.112)	(20.982)	(21.751)	16.862
Lucro (prejuízo) líquido	153.269	10.028	74.256	12.374	37.558	42.321	41.735	(34.271)
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	57,13%

(\*) A participação indireta da CPFL Energia era de (i) 52,75% de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2014, (ii) 57,13% de 1º de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014, (iii) 53,84% de 1º a 31 de janeiro de 2015 e (iv) 53,34% a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Mesmo detendo mais de que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Energia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento. Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Energia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES. **13.5.4 Operação controlada em conjunto:** A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Energia, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Energia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios), até 2028 (informações relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes). **13.6 Aumentos e reduções de capital:** 13.6.1 **Epasa:** Em 31 de janeiro de 2014, após realização de aumento de capital, a controlada CPFL Energia passou a deter 57,13% do capital social do empreendimento controlado em conjunto EPASA, e alguns acionistas tiveram suas participações diluídas. Conforme Acordo de Acionistas vigente ficou assegurado o direito de recompra de ações por partes destes acionistas com o objetivo de recompor suas participações até 1º de março de 2015. Este direito foi exercido parcialmente pela Eletrobrás da Brasil S/A e OZ&M Incorporação e Participação Ltda. até 25 de fevereiro de 2015, que compraram da controlada CPFL Energia 10.704.756 ações ordinárias pelo montante de R\$ 10.454, gerando um resultado positivo de R\$ 3.391, registrado na rubrica "ganho na alienação de ativos não circulantes" (nota 28). Após esta operação societária a composição acionária do empreendimento controlado em conjunto EPASA passou a ser:

	Posição a partir de 25/02/2015		Posição em 31/12/2014	
	Ações	Participação - %	Ações	Participação - %
CPFL Energia de Energia S.A.	150.941.659	53,34	161.646.415	57,13
Eletrobrás do Brasil S.A.	118.100.009	41,74	107.903.763	38,13
Aruanã Energia S.A.	6.960.800	2,46	6.960.800	2,46
OZ&M Incorporação, Participação Ltda.	6.959.277	2,46	6.450.767	2,28
<b>Total</b>	<b>282.961.745</b>	<b>100,00</b>	<b>282.961.745</b>	<b>100,00</b>

13.6.2 **CPFL Paulista e RGE:** Em 16 de dezembro de 2015 em Reunião do Conselho de Administração foram aprovados os aumentos de capital pela Companhia nas controladas CPFL Paulista e RGE, nos montantes de R\$ 600.000 e R\$ 250.000, respectivamente. **13.6.3 ESCO:** Em 26 de agosto de 2015 em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a redução de capital pela Companhia na controlada CPFL ESCO, no montante de R\$ 360.000, mediante devolução de caixa para a Companhia. **13.7 Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital eram compostos principalmente pelos adiantamentos para as seguintes controladas: (i) R\$ 31.000 para a CPFL Serviços; (ii) R\$ 19.000 para a CPFL Telecom; e (iii) R\$ 2.600 para a Authi.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>115.946</b>	<b>986.527</b>	<b>1.318.394</b>	<b>4.291.334</b>	<b>22.661</b>	<b>13.731</b>	<b>968.826</b>
Custo histórico	126.820	1.375.993	1.718.629	5.671.053	29.928	24.277	968.826
Depreciação acumulada	(10.874)	(389.466)	(400.235)	(1.379.719)	(7.267)	(10.545)	(9.915.527)
Adições	-	375	372	88	88	330.900	338.475
Baixas	(1.772)	-	(12.723)	(14.719)	(1.804)	(582)	(103.359)
Provisão para custos socioambientais	-	-	9.193	-	-	-	9.193
Transferências, líquidas	500	(3.674)	156.986	997.610	14.862	(92)	(1.166.193)
Transferências de/pa outros ativos - custo	(23)	163	(7.467)	(5.284)	-	(103)	(3.716)
Depreciação	(3.981)	(61.923)	(54.392)	(293.644)	(4.511)	(2.280)	(420.551)
Baixa da depreciação	-	-	-	404	1.026	482	-
Combinação de negócios	71.646	264.146	106.682	844.162	93	240	330.030
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - custo	-	-	460	6.089	-	204	1.616.999
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - depreciação	-	-	(32)	(866)	-	(28)	(926)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>182.316</b>	<b>1.185.614</b>	<b>1.517.475</b>	<b>5.832.005</b>	<b>32.328</b>	<b>11.660</b>	<b>388.088</b>
Custo histórico	197.933	1.637.812	1.976.212	7.521.804	43.081	22.462	388.088
Depreciação acumulada	(15.077)	(452.199)	(458.737)	(1.689.799)	(10.753)	(10.802)	(2.637.366)
Adições	-	-	168	512	-	-	583.538
Baixas	(1.354)	(414)	(4.093)	(21.773)	(558)	(284)	(28.477)
Transferências	2.338	140	61.615	217.462	10.436	578	(292.569)
Reclassificação - custo	(212)	328.101	(499.943)	172.169	22	(137)	-
Transferências de/pa outros ativos - custo	(24)	2	(6.548)	6.598	(1)	(186)	630
Depreciação	(6.257)	(68.562)	(50.716)	(370.076)	(6.343)	(1.926)	(503.881)
Baixa da depreciação	-	139	204	3.572	379	186	-
Transferências de/pa outros ativos - depreciação	-	(68.775)	68.711	151	-	(89)	-
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	35	-	-	35
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>176.807</b>	<b>1.376.246</b>	<b>1.079.982</b>	<b>5.824.089</b>	<b>36.230</b>	<b>9.966</b>	<b>674.166</b>
Custo histórico	198.141	1.965.641	1.516.228	7.878.838	52.947	22.323	674.166
Depreciação acumulada	(21.334)	(589.395)	(440.246)	(2.054.749)	(16.717)	(12.627)	-
<b>Taxa média de depreciação 2015</b>	<b>3,86%</b>	<b>3,66%</b>	<b>3,46%</b>	<b>4,62%</b>	<b>14,24%</b>	<b>10,49%</b>	<b>-</b>
<b>Taxa média de depreciação 2014</b>	<b>3,86%</b>	<b>2,99%</b>	<b>2,85%</b>	<b>4,44%</b>	<b>14,29%</b>	<b>11,25%</b>	<b>-</b>

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 612.083 em 31 de dezembro de 2015. Em 2015 as controladas Cera e CPFL Renováveis, em função principalmente do processo de adequação das contas contábeis definidas no novo plano de contas da ANEEL, efetuaram reclassificações principalmente entre as contas de "Edificações, obras civis e benfeitorias" e "Reservatórios, barragens e adutoras". Estes valores estão demonstrados nas linhas de "Reclassificação - custo" e "Reclassificação - Depreciação" e não geraram efeitos relevantes na demonstração do resultado do exercício. Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2015 foram capitalizados R\$ 34.212 (R\$ 4.236 em 2014) a uma taxa de 11,16% (8,59% em 2014). Para maiores detalhes sobre os ativos em construção e as respectivas taxas de captações dos empréstimos, vide nota 30. No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização" (nota 29). Em 31 de dezembro de 2015, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 17, é de aproximadamente R\$ 3.567.258, sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis (R\$ 3.535.263). **14.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Em função das condições de deterioração da economia brasileira terem se acentuado, em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 33.112 referente à avaliação ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa das controladas CPFL Telecom (R\$ 31.284) e CPFL Total (R\$ 1.828). Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras despesas operacionais" (nota 29). A referida provisão para perda ao valor recuperável teve como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo imobilizado das controladas CPFL Telecom e CPFL Total, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento operacional e estão alocadas no segmento operacional de Outros e Serviços, respectivamente (nota 31). Adicionalmente, durante 2015 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa. Para a mensuração ao valor justo foi utilizada a abordagem de custo, técnica de avaliação que reflete o valor que seria exigido atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo (normalmente referido como o custo de substituição ou reposição). O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos se deu em função do cenário desfavorável para os negócios destas controladas e foi calculado com base em seus valores justos líquidos das despesas de venda.

15. INTANGÍVEL

	Consolidado					
	Ágio	Direito de concessão		Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	Total
		Adquirido em combinação de negócio	Infraestrutura de distribuição - em curso			
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>6.115</b>	<b>4.312.381</b>	<b>3.763.197</b>	<b>574.131</b>	<b>31.582</b>	<b>8.748.328</b>
Custo histórico	6.152	6.811.237	9.310.710	574.131	35.840	156.023
Amortização acumulada	(37)	(2.498.856)	(5.547.513)	-	(4.258)	(95.100)
Adições	-	-	-	709.811	-	18.887
Amortização	-	(285.018)	(440.689)	-	(1.419)	(13.166)
Transferência - intangíveis	-	-	433.440	(433.440)	-	-
Transferência-ativo financeiro	-	-	235	(436.087)	-	(435.852)
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(21.279)	159	-	(4.763)
Combinação de negócios	-	-	630.848	-	-	634.336
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras	-	-	(299)	13	-	(286)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>6.115</b>	<b>4.658.210</b>	<b>3.734.606</b>	<b>414.574</b>	<b>30.162</b>	<b>86.503</b>
Custo histórico	6.152	7.441.935	9.526.355	414.574	35.840	195.577
Amortização acumulada	(37)	(2.783.725)	(5.791.748)	-	(5.678)	(109.074)
Adições	-	-	-	879.851	-	9.298
Amortização	-	(302.665)	(460.774)	-	(1.419)	(12.604)
Transferência - intangíveis	-	-	512.912	(512.912)	-	-
Transferência para o ativo financeiro	-	-	387	(330.449)	-	(330.062)
Prorrogação de concessões - transferência do ativo financeiro	-	-	488.635	48.563	-	537.198
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(26.584)	-	-	(32.813)
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(5.844)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>6.115</b>	<b>4.355.546</b>	<b>4.249.182</b>	<b>499.627</b>	<b>28.743</b>	<b>71.125</b>
Custo histórico	6.152	7.441.902	10.348.857	499.627	35.840	192.626
Amortização acumulada	(37)	(3.086.356)	(6.099.			





## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. USO DO BEM PÚBLICO

Empresas	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
CEFRAN	92.581	84.992	243	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	9.457	4.000		
Não circulante	83.124	80.992		

## 24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Consumidores e concessionárias	53.959	49.710	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	295.745	267.123	35.597	13.370
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	84.943	105.125	36.426	12.389
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.115	1.469	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2.065	734	-	-
Fundo de reversão	-	-	17.750	17.750
Adiantamentos	141.228	85.683	10.041	23.849
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	53.378	49.938
Folha de pagamento	13.136	12.232	-	-
Participação nos lucros	49.227	55.659	5.099	7.413
Convênios de arrecadação	130.282	91.889	-	-
Garantias	-	-	28.531	31.479
Descontos tarifários - CDE	54.749	35.053	-	-
Aquisição de negócios	29.935	70.419	-	16.152
Outros	45.587	60.544	4.326	11.425
<b>Total</b>	<b>904.971</b>	<b>835.941</b>	<b>191.148</b>	<b>183.766</b>

**Consumidores e concessionárias:** As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos após a participação de consumidores no Programa de Universalização. **Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética:** As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. **Adiantamentos:** referem-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço. **Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** Referem-se principalmente a provisões constituídas pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. **Participação nos lucros:** Refere-se principalmente a: (i) em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia e suas controladas implementaram programas de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, que consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como orientador o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização, bem como os resultados da empresa, utilizando fórmulas paramétricas de cálculo e concessão de Unidades Virtuais de Valor (UVV). O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e tão somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração. O plano vigente tem duração de 2014 a 2020 e prevê as outorgas relativas a 2014, 2015 e 2016. O prazo de vigência é de 6 anos, com carência de dois anos para a primeira conversão de cada outorga anual. O prazo de conversão de cada outorga é gradual, em até 5 anos e em 3 conversões (33/33/34%). O Programa prevê realização parcial, de acordo com a relação entre a valorização esperada e efetivamente apurada, de acordo com a expectativa do Plano Estratégico, havendo ganho de resultado mínimo esperado, bem como atingimento superior ao inicialmente previsto, limitado a 150%. **Descontos tarifários - CDE:** Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE. **Aquisição de negócios:** Refere-se, principalmente, a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis, relacionados principalmente à aquisição de participação de não controladores, advinda da incorporação da WF2 (nota 13) em 1º de outubro de 2014. Anteriormente à aquisição da WF2 pela CPFL Renováveis, a adquirida havia firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças com os acionistas não controladores da DESA, detentores, naquela data, de 21,14% do capital votante e total da DESA. Mediante referido contrato, os acionistas não controladores da DESA se comprometeram em alienar a totalidade de suas ações ao valor total de R\$ 203.000, nos termos e sujeito às condições estabelecidas no contrato. O valor remanescente de R\$ 16.190, em aberto em 31 de dezembro de 2015, vem sendo realizado em cinco parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorreu em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral será corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculada *pro rata die*.

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2015	31/12/2014	Ordinárias	Participação %
<b>Acionistas</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Participação %</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Participação %</b>
BB Carteira Livre I FIA	262.698.037	26,45%	288.569.602	29,99%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	29.756.032	3,00%	477.700	0,05%
Camargo Correa S.A.	26.764	0,00%	837.860	0,09%
ESC Energia S.A.	234.086.204	23,57%	234.092.930	24,33%
Bonaire Participações S.A.	1.238.334	0,12%	1.200.000	0,12%
Energia São Paulo FIA	146.643.379	14,75%	141.929.430	14,75%
Fundação Petrosbras de				
Seguridade Social - Petros	1.816.119	0,18%	1.759.900	0,18%
Fundação Sistel de Seguridade Social	-	0,00%	19.500	0,00%
BNDÉS Participações S.A.	66.914.177	6,74%	64.842.768	6,74%
Antares Holdings Ltda.	16.552.110	1,67%	16.039.720	1,67%
Brumado Holdings Ltd.	35.604.273	3,59%	34.502.100	3,59%
Membros do Conselho de Administração	105.672	0,00%	800	0,00%
Membros da Diretoria Executiva	197.753.114	19,91%	177.899.650	18,49%
Mais acionistas	93.014.215	100,00%	962.274.260	100,00%

**25.1 Aprovação de aumento de capital e bonificação em ações aos acionistas - ACOJE:** Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2015 foi aprovado o aumento de capital social da CPFL Energia com o objetivo de reforçar a estrutura de capital da Companhia, por meio da capitalização do saldo da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro no montante de R\$ 554.888, mediante a emissão de 30.739.955 ações ordinárias, cuja distribuição foi feita aos acionistas a título de bonificação em ações, nos termos do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. **25.2 Reserva de capital:** Refere-se basicamente ao (i) registro decorrente da combinação de ações da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 228.322 ocorrido em 2011; (ii) efeito da oferta pública de ações da controlada CPFL Renováveis em 2013, no montante de R\$ 59.308, como consequência da redução na participação societária indireta na CPFL Renováveis; (iii) efeito da associação entre CPFL Renováveis e DESA, descrita na nota 13, no montante de R\$ 180.297 em 2014 e (iv) outras movimentações sem alteração no controle de R\$ 155. De acordo com o ICPD 09 (R2) e IFRS 10 (CPC) 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido. **25.3 Reserva de lucros:** É composta por: (i) Reserva legal, no montante de R\$ 694.059; (ii) Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão; as controladas de distribuição registram o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão no resultado do exercício, e sua realização financeira se dará apenas no momento da indenização (ao final da concessão). Desta forma, a Companhia tem constituído reserva estatutária - ativo financeiro da concessão sobre estes montantes, amparada no artigo 194 da Lei nº 6.404/76, até a realização financeira destes montantes. O saldo final em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 585.451 (R\$ 330.437 em 31 de dezembro de 2014). **25.4 Resultado abrangente acumulado:** O resultado abrangente acumulado é composto por: (i) Custo tributário: Refere-se ao registro da mais-valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 457.491; (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 272.171 corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com a IAS 19/CPC 33 (R2). **25.5 Dividendos:** A Companhia declarou, no exercício de 2015, o montante de R\$ 205.423 de dividendos mínimos obrigatórios, conforme rege a Lei 6.404/76. **25.6 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2015	2014
<b>RS mil</b>	<b>864.940</b>	<b>864.940</b>
Realização do resultado abrangente	26.119	26.119
Dividendos prescritos	5.597	5.597
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>896.656</b>	<b>896.656</b>
Reserva legal	(43.247)	(43.247)
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	(255.013)	(255.013)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(392.972)	(392.972)
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>(205.423)</b>	<b>(205.423)</b>

Para este exercício, considerando o atual cenário econômico adverso e as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras devido a campanhas de eficiência energética e outros eventos extraordinários de tarifas ocorridos durante o ano de 2015, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 392.972 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

## 26. LUCRO POR AÇÃO

**Lucro por ação - básico e diluído:** O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi baseado no lucro líquido atribuído aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	2015	2014
Numerador	864.940	864.940
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	864.940	864.940
Denominador	993.014.215 (**)	993.014.215 (**)
<b>Média ponderada de ações em poder dos acionistas</b>	<b>0,87</b>	<b>0,96</b>

**Lucro por ação - básico**

	2015	2014
Numerador	864.940	864.940
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	864.940	864.940
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	(19.811)	(17.265)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	845.129	847.675
Denominador	993.014.215 (**)	993.014.215 (**)
<b>Média ponderada de ações em poder dos acionistas</b>	<b>0,85</b>	<b>0,94</b>

(\*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada nos respectivos exercícios. (\*\*) Considera o evento ocorrido em 29 de abril de 2015, relacionado ao aumento de capital mediante emissão de 30.739.955 ações (nota 25). De acordo com o CPC 41/IAS 33, quando ocorre aumento na quantidade de ações sem aumento nos recursos, o número de ações é ajustado como se o evento tivesse ocorrido no início do período mais antigo apresentado.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada indireta CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício. Os efeitos apurados no denominador da controlada indireta CPFL Renováveis o cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações da controlada foram considerados antidilutivos em 2015 e 2014. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada exercício.

## 27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Reculta de operações com energia elétrica</b>	<b>6.906.580</b>	<b>6.732.715</b>	<b>16.164</b>	<b>16.501</b>	<b>9.833.419</b>	<b>6.533.590</b>
<b>Classe de consumidores</b>	<b>55.586</b>	<b>56.920</b>	<b>12.748</b>	<b>14.144</b>	<b>5.526.967</b>	<b>3.871.868</b>
Residencial	473.333	483.204	9.259	9.437	5.266.432	3.471.225
Industrial	245.238	243.275	2.152	2.326	75.209	496.790
Rural	51.359	50.538	1.278	1.295	674.530	476.557
Podereis públicos	10.362	9.917	1.649	1.622	573.219	315.072
Iluminação pública	8.402	8.155	1.797	1.861	879.288	566.719
(-) Transfêrência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(79.362)	(84.107)
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>7.750.860</b>	<b>7.584.724</b>	<b>45.049</b>	<b>47.187</b>	<b>23.424.701</b>	<b>15.647.804</b>
Consumo próprio	-	-	33	34	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	202.726	63.142
Encargos emergenciais - ECE/EAE	-	-	-	-	3	2
(-) Transfêrência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(8.118.065)	(5.464.570)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>7.750.860</b>	<b>7.584.724</b>	<b>45.082</b>	<b>47.221</b>	<b>15.509.345</b>	<b>10.246.379</b>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	3.026	3.026	485.846	477.775
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	10.656	9.628	2.223.339	1.690.711
(-) Transfêrência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(46.982)	-
Energia elétrica de curto prazo	-	-	4.289	2.334	875.002	976.377
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>17.971</b>	<b>14.988</b>	<b>3.537.205</b>	<b>3.144.864</b>		
Reculta pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	8.165.066	5.464.570
Reculta pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	1.898.138	990.815
(-) Transfêrência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(16.884)	(18.045)
Reculta de construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.046.669	944.997	-	-
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	2.506.524	910.720	-	-
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários	-	-	895.538	771.018	-	-
Outras receitas e rendas	-	-	367.356	341.061	-	-
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>14.862.408</b>	<b>14.905.136</b>				
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>38.968.958</b>	<b>22.796.379</b>				

	Consolidado			
	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)	
	2015	2014	2015	2014
<b>Reculta de operações com energia elétrica</b>	<b>4.686.039</b>	<b>(3.106.928)</b>		
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(529.322)</b>	<b>(335.937)</b>		
ICMS	(2.438.208)	(1.547.783)		
PIS	(8.204)	(7.583)		
COFINS	(2.529)	(2.362)		
ISS	(3.970.013)	(2.717.577)		
Reserva global de reversão - RGR	(158.516)	(117.683)		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(90.910)	(100.569)		
Programa de P&D e eficiência energética	(1.796.226)	(22.426)		
PROINFRA	(100)	(10)		
Bandeiras tarifárias e outros	(100)	(10)		
JPI	(100)	(10)		
FUST e FUNTEL	(24)	(2)		
Outros	(22.997)	-		
<b>Total</b>	<b>(13.703.089)</b>	<b>(6.490.436)</b>		
<b>Total</b>	<b>20.205.869</b>	<b>17.305.942</b>		

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes. **27.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:** No procedimento de regulação tarifária ("Prorot"), aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463 de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deviam ser contabilizadas como obrigações especiais e seriam amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a controlada CPFL Piratininga, a partir de maio de 2015, e para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguar, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa, a partir de setembro de 2015, em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica essa obrigação especial passou a ser amortizada e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica. Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRDEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da Resolução Normativa 463, onde foi deferido o pedido de antecipaço da tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012 foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento, suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRDEE. As controladas estão aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Em 31 de dezembro de 2015, tais valores estão provisionados em Obrigações Especiais, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37, apresentados líquidos no ativo intangível da concessão. **27.2 Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE"):** Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL aprovou o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, com o objetivo de restabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até a data do próximo reajuste ou revisão tarifária de cada distribuidora. Para as controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguar, CPFL Mococa e CPFL Santa Cruz, em 7 de abril de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.870, a ANEEL reificou o resultado da RTE de 27 de fevereiro, com o objetivo de alterar o valor das quotas mensais da CDE - energia referentes à conta ACR, destinadas à amortização das operações de crédito contratadas pela CCEE na gestão da conta ACR. As tarifas resultantes desta reificação estão vigentes a partir de 8 de abril de 2015 até a data da próxima revisão tarifária de cada distribuidora. O impacto para os consumidores da área de concessão das controladas de distribuição é como segue:

	Efeito médio percebido pelo consumidor (*)					
	Total		Grupo A		Grupo B	
CPFL Paulista	32,28%	40,05%	27,27%			
CPFL Piratininga	29,78%	40,49%	22,43%			
RGE	37,16%	43,46%	33,04%			
CPFL Santa Cruz	5,16%	5,70%	4,86%			
CPFL Leste Paulista	14,52%	20,06%	12,33%			
CPFL Jaguar	16,80%	18,48%	13,28%			
CPFL Sul Paulista	17,02%	32,42%	9,09%			
CPFL Mococa	11,81%	18,22%	9,48%			

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes. **27.3 Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e Reajuste Tarifário Anual ("RTA")**

	2015		2014	
	Percepção do consumidor (a)	RTA/RTIP	Percepção do consumidor (a)	RTA/RTIP
CPFL Paulista	41,45%	4,67% (b)	17,18%	17,23%
CPFL Piratininga	56,29%	21,11% (b)	19,73%	22,43%
RGE	33,48%	-3,76% (b)	21,82%	22,77%
CPFL Santa Cruz	34,68%			

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	2015	2014	2015	2014
<b>Saldo bancário e aplicação financeira</b>								
Banco Bradesco S.A. (**)	4.097.770	-	1	-	351.086	-	312	-
Banco do Brasil S.A.	126.036	161.832	-	-	28.466	12.126	4	2
<b>Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos (*)</b>								
Banco Bradesco S.A. (**)	-	-	667.335	-	-	-	85.605	-
Banco do Brasil S.A.	-	-	3.727.088	4.487.092	-	-	459.889	485.400
BNP Paribas (**)	58.478	-	322.465	-	-	-	8.978	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
Banco Bradesco S.A. (**)	1.344	-	1.259	-	166	-	4.174	-
Banco do Brasil S.A.	-	-	879	-	80	-	5.941	6.304
<b>Adiantamentos</b>								
BAESA - Energética								
Barra Grande S.A.	-	-	790	826	-	-	-	-
Foz do Chapeco Energia S.A.	-	-	1.120	1.170	-	-	-	-
ENERCAN - Campos								
Novos Energia S.A.	-	-	1.377	1.436	-	-	-	-
EPASA - Centrais								
Elétricas da Paraíba	-	-	503	526	-	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Afluente Transmissão								
de Energia Elétrica S.A.	-	-	27	40	-	-	1.426	1.342
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	1.364	-	1	-	34.063	-
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	883	826
Baguari 1 Geração								
de Energia Elétrica S.A.	-	-	6	5	-	-	268	252
Brasembuco - CELPE	-	-	-	-	-	-	694	-
Caetité 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	810	757
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	817	765
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	977	914
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	834	782
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	977	914
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	907	848
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	963	901
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	655	833	-	-	14.491	12.606	46	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	587	920	-	-	7.062	6.304	206	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COESERN	227	280	-	-	2.580	2.404	-	1.063
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	-	-	-	-	-	1.050	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	1.548	-	17	-	29.915	-
ELEB Equipamentos Ltda.	-	-	-	-	4.036	-	-	-
Embraer	-	-	-	-	26.615	-	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	130	117	2	-	4.260	3.959
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	-	19.026	7.584	-	-
Óleas Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	166	155
Intapabi Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Itapeti Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	632	617
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	-	5.336	1.837	-	-
Norte Energia S.A.	1	-	-	-	1	-	-	-
Rio PCHI S.A.	-	-	242	217	-	-	8.004	7.441
Samarco Mineração S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Santista Jeanswear S.A.	-	-	-	-	4.491	-	-	-
SE Naranidiba S.A.	-	-	-	-	-	-	166	142
Serra do Faço Energia S.A. - SEFAC	-	-	576	470	-	-	20.916	19.837
Tambora S.A.	-	-	-	-	3	-	8.087	-
Termopernambuco S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
ThyssensKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	188	37.238	557	6.965	7.056	-
Vale Energia S.A.	7.843	7.371	-	-	92.353	87.077	-	-
Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	695	7.483
BAESA - Energética								
Barra Grande S.A.	-	-	88.441	89.202	60.080	-	111.541	104.491
Foz do Chapeco Energia S.A.	-	-	1.430	142.596	172.804	4.996	16.841	330.675
ENERCAN - Campos								
Novos Energia S.A.	667	583	140.496	154.678	23.283	6.702	244.102	226.595
EPASA - Centrais								
Elétricas da Paraíba	-	-	19.807	28.632	15.243	24.363	168.187	214.978
<b>Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço</b>								
Banco Bradesco S.A. (**)	-	-	2	-	-	-	19	-
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	170	163
BRASKEM Qpar S.A.	-	-	-	-	-	-	15	-
CCDI 29 Empreendimento Imobiliário Ltda.	-	-	-	-	-	-	31.500	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	65	11	42	35	1.034	50	31	4
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Aielo (**)	-	-	-	-	-	-	576	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	-	-	-	-	-	50	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COESERN	-	-	-	-	-	-	19	-
Concessionária do Sistema Anhangüera - Bandeirantes S.A. (**)	-	-	-	-	-	-	9	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	12	-
Ferrovias Centro-Atlântica S.A.	-	-	-	-	-	-	22	-
HM 14 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	14	-	-	-	-	-	-	-
HM Engenharia e Construções S.A.	-	-	-	-	272	24	-	-
Indústrias Romi S.A.	-	-	4	-	-	-	68	45
InterCement Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	26	60
Logum Logística S.A.	-	-	-	-	-	-	55	-
LUPATECH	-	-	-	-	-	-	2	-
Mapfre Seguros Gerais S.A. (**)	-	-	-	-	4	-	1	-
MRS Logística S.A.	-	-	119	-	-	-	119	-
Randon	-	-	-	-	76	-	-	-
Redeas Integradas do Oeste S.A. (**)	-	-	12	-	-	-	-	76
Samm - Soc. Atic. Multimídia Ltda. (**)	-	-	-	-	1.463	-	-	-
Santista Jeanswear S.A. (**)	-	-	-	-	21	-	-	-
TOTVS S.A.	-	-	3	2	-	-	44	70
Ultrafrit S.A.	-	-	-	-	868	226	-	-
Vale Fertilizantes S.A.	39	18	-	-	45	36	-	-
BAESA - Energética								
Barra Grande S.A.	-	-	-	-	1.354	1.465	-	-
Foz do Chapeco Energia S.A.	-	-	-	-	1.483	1.491	-	-
ENERCAN - Campos								
Novos Energia S.A.	-	-	-	-	1.354	1.465	-	-
EPASA - Centrais								
Elétricas da Paraíba S.A.	1.104	393	-	-	1.200	715	-	-
<b>Contrato de Mútuo</b>								
EPASA - Centrais								
Elétricas da Paraíba S.A.	76.586	94.385	-	-	14.123	10.629	-	-
Acionista não controlador - CPFL Renováveis	7.680	6.281	-	-	1.475	864	-	-
<b>Dividendo e Juros sobre o Custo de Capital</b>								
BAESA - Energética								
Barra Grande S.A.	20	96	-	-	-	-	-	-
Chapcoense Geração S.A.	28.417	12.128	-	-	-	-	-	-
ENERCAN - Campos								
Novos Energia S.A.	30.905	24.816	-	-	-	-	-	-
EPASA - Centrais								
Elétricas da Paraíba	29.933	14.891	-	-	-	-	-	-
(*) Trata-se de valor a custo. (**) Parte relacionada a partir de 2015.								

**33. SEGUROS**

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Consolidado	
	2015	2014
Ativo não circulante		
Transporte	6.634.344	6.810.183
Material estocado	319.834	170.300
Autoveículos	171.585	170.300
Responsabilidade civil	6.549	4.962
Pessoas	118.000	168.000
Outros	202.989	193.020
<b>Total</b>	<b>323.200</b>	<b>279.897</b>
Informações não auditadas pelos auditores independentes	<b>9.776.496</b>	<b>7.925.850</b>

**34. GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Compete ao Conselho de Administração orientar a condução dos negócios, observar, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: (i) o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvem a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto. A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos em suas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denuncias em moeda estrangeira e parcela da receita do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN de contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A exposição relativa à receita da ENERCAN foi protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 35.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 35. Adicionalmente as controladas estão expostas em suas atividades operacionais, a variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas de Itaipu.

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuação das taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denuncias em moeda estrangeira e parcela da receita do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN de contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A exposição relativa à receita da ENERCAN foi protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 35.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 35. Adicionalmente as controladas estão expostas em suas atividades operacionais, a variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas de Itaipu.

**Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 35. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. **Risco de swap/sobrecontratação das distribuidoras:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro, onde as distribuidoras do Grupo CPFL e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. As distribuidoras podem ficar impossibilitadas de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) volume de energia contratada ser superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) nível de contratos ser inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além de as distribuidoras serem obrigadas a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco de mercado das comercializadoras:** Esse risco decorre da possibilidade das

comercializadoras incorrerem em perdas por conta de variações nos preços de curto prazo que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre. **Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional ("SIN") apresentaram uma melhora nos últimos meses, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à redução da demanda verificada nos últimos meses e à disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga adicionais. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas resiliáveis (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas resiliáveis são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelos distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

**35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

Ativo	Nota explicatória	Categorização	Mensuração	Consolidado			
				31/12/2015		31/12/2014	
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(1)	4.353.488	4.353.488	2.593.650	2.593.650</

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**36. COMPROMISSOS**

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

	Duração	Consolidado				
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 30 anos	7.905.987	14.852.772	15.589.876	59.267.009	97.615.644
Compra de energia de Itaipu	Até 30 anos	2.345.613	4.714.829	5.010.501	23.492.838	35.563.781
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 34 anos	1.062.027	2.967.006	3.638.288	19.717.250	27.384.570
Prêmio de risco - repactuação do risco hidrológico	Até 25 anos	46.016	-	7.166	180.995	234.177
Projetos de construção de usina	Até 18 anos	961.843	298.299	71	-	1.260.213
Fornecedores de materiais e serviços	Até 31 anos	1.333.362	945.660	226.395	538.416	3.043.834
<b>Total</b>		<b>13.654.849</b>	<b>23.778.566</b>	<b>24.472.297</b>	<b>103.196.508</b>	<b>165.102.220</b>

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

**37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

**Transações oriundas de combinações de negócios**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(1.009.877)
Imobilizado adquirido por combinação de negócios	-	-	-	1.616.999
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	626.399
Impostos diferidos sobre combinação de negócios	-	-	-	(305.259)
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	-	-	-	(23.669)
Contraprestação paga com o caixa adquirido	-	-	-	904.593
Contraprestação transferida mediante emissão de ações	-	-	-	(70.930)
<b>Outras transações</b>				(833.663)
Aumento de capital com reserva de lucros	554.888	-	-	-
Aumento de capital em investidas com AFAC	905.167	59.397	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	28.005	-	-
Provisão (reversão) para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	9.193

Juros capitalizados no imobilizado  
 Juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição  
 Transferência do ativo financeiro da concessão e do intangível para o imobilizado decorrente da cisão da atividade de geração nas distribuidoras  
 Transferência entre imobilizado e outros ativos  
 Realização de reserva de capital de não controlador contra contas a receber

**38. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE**

**38.1 Empréstimos e financiamentos:** Em 20 de janeiro de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE e CPFL Geração a captação de recursos através de empréstimos em moeda estrangeira (com swap para CDI), Crédito Rural, Cédula de Crédito Bancário, Emissão de Debêntures, Assunção de Dívidas, outras operações de capital de giro e/ou rolagem das dívidas e swaps atuais, com prazo máximo de cinco anos e montante até: (i) CPFL Geração: R\$ 1.300.000; (ii) CPFL Paulista: R\$ 400.000; (iii) CPFL Piratininga: R\$ 350.000 e (iv) RGE: R\$ 450.000. **38.2 Homologação das Bandeiras Tarifárias:** Os Despachos nº 7 de 5 de janeiro de 2016 e nº 265 de 1º de fevereiro de 2016 homologaram os valores referentes às bandeiras tarifárias de novembro e dezembro de 2015 conforme segue:

Controlada	Despacho nº 7	Despacho nº 265
CPFL Paulista	84.813	78.667
CPFL Piratininga	33.341	32.095
CPFL Santa Cruz	3.395	3.155
CPFL Leste Paulista	1.062	934
CPFL Sul Paulista	1.426	1.362
CPFL Jaguarí	1.854	1.703
CPFL Mococa	773	683
RGE	24.237	23.642
	<b>150.901</b>	<b>142.241</b>

**38.3 Reajuste Tarifário Anual - CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguarí e CPFL Mococa:** Em 02 de fevereiro de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.017 prorrogando a vigência das tarifas de energia das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguarí e CPFL Mococa até 21 de março de 2016, em função da renovação da concessão e da alteração da data de seu processo tarifário, de 03 de fevereiro para 22 de março. **38.4 Bonificação em ações aos acionistas:** Visando reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Administração recomendou, em março de 2016, ao Conselho de Administração que fosse proposto à Assembleia Geral a capitalização do saldo da reserva estatutária - reforço de capital de giro com a emissão, em favor dos acionistas, de novas ações.

**Parecer do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2015 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 7 de março de 2016, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 29 de abril de 2016.

São Paulo, 16 de março de 2016

**WILLIAM BEZERRA CAVALCANTI FILHO**  
Presidente

**ADALGISO FRAGOSO DE FARIA**  
Conselheiro

**MARCELO DE ANDRADE**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA**  
Conselheiro

**CELENE CARVALHO DE JESUS**  
Conselheira

**Conselho de Administração**

**MURILO CESAR L. S. PASSOS**  
Presidente

**DÉCIO BOTTECHIA JUNIOR**  
Vice-Presidente

**ALBRECHT CURT REUTER DOMENECH**  
**FRANCISCO CAPRINO NETO**  
**DELI SOARES PEREIRA**

**LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO**  
**ANA MARIA ELORRIETA**

Conselheiros

**Diretoria de Contabilidade**

**SERGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192767/O-6

**Diretoria**

**WILSON P. FERREIRA JUNIOR**  
Diretor Presidente

**WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS**  
Diretor Vice-Presidente de Planejamento e Gestão Empresarial

**CARLOS DA COSTA PARCIAS JÚNIOR**  
Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios  
**KARIN REGINA LUCHESI**  
Diretor Vice-Presidente de Operações de Mercado  
**LUIZ EDUARDO FRÓES DO AMARAL OSORIO**  
Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Institucionais

**GUSTAVO ESTRELLA**  
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

**LUIZ HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **CPFL Energia S.A. - São Paulo - SP**. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de

que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro

(IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campanas, 7 de março de 2016

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Marcelo Magalhães Fernandes**  
Contador  
CRC nº 1 SP 203310/O-6

